

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Programa de Pós – Graduação em Letras

**A ALTERNÂNCIA NOS PRONOMES PESSOAIS E
POSSESSIVOS DO PORTUGUÊS DE BELO HORIZONTE**

Fernanda da Cunha Faria Rocha

**Belo Horizonte
2009**

Fernanda da Cunha Faria Rocha

**A ALTERNÂNCIA NOS PRONOMES PESSOAIS E
POSSESSIVOS DO PORTUGUÊS DE BELO HORIZONTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística e Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio de Oliveira

**Belo Horizonte
2009**

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

R672a Rocha, Fernanda da Cunha Faria
 A alternância nos pronomes pessoais e possessivos do
 Português de Belo Horizonte / Fernanda da Cunha Faria Rocha.
 Belo Horizonte, 2009.
 107f. : il.

 Orientador: Marco Antônio de Oliveira
 Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de
 Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Letras.

 1. Língua portuguesa – Pronome – Belo Horizonte (MG). 2.
 Mudanças linguísticas. I. Oliveira, Marco Antônio de. II. Pontifícia
 Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-
 Graduação em Letras. III. Título.

CDU: 806.90-24

Fernanda da Cunha Faria Rocha
A alternância nos pronomes pessoais e possessivos do Português
de Belo Horizonte

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística e Língua Portuguesa

Prof. Dr. Marco Antônio de Oliveira (Orientador) – PUC Minas

Prof. Arabie Bezri Hermont – PUC Minas

Prof. Mário Alberto Perini – UFMG

Belo Horizonte, 04 de agosto de 2009.

A Deus,

*Ao professor Marco Antônio pela paciência e
dedicação, como mestre de ontem, hoje e
sempre.*

*Ao meu marido querido pelo amor, compreensão
e apoio nos momentos difíceis.*

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Delcy, pelo incentivo e dedicação em todos os meus projetos de vida.

Ao meu pai, Celso, pela paciência e auxílio em todos os momentos.

À minha filha amada, Maria Luísa, pela compreensão e carinho, mesmo quando a mamãe estava nervosa.

Às minhas irmãs Ana Beatriz e Cláudia, pela compreensão nos momentos de “stress”.

Aos meus sobrinhos Augusto e Carolina, sempre ao meu lado.

Ao meu cunhado José Francisco, sempre presente e companheiro.

À minha sogra, Maria Aparecida, grande incentivadora dos estudos.

Aos meus cunhados Silvia Amélia, Fabio e Mateus, pelo apoio.

À minha grande amiga Gláucia, pelas conversas que me ajudaram tanto nesta caminhada.

À Nicolle, pela palavra amiga nos momentos difíceis.

Aos meus amigos Jaqueline Lemos, Solange, Eduardo e tantos outros da graduação que me ajudaram naquela e nesta trajetória.

Aos meus informantes.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro durante a realização desta pesquisa.

RESUMO

Foram investigadas, nesta dissertação, as alternâncias entre as formas *nós* e *a gente*, nos pronomes pessoais, e *seu*, *sua(s)*, *dele*, *dela(s)*, nos pronomes possessivos no português de Belo Horizonte – Minas Gerais. As formas *nós* e *a gente* são utilizadas pelo falante para se referir a *ele* + *alguém* do discurso. Além dessa acepção, a forma pronominalizada *a gente* e o pronome *nós* podem também expressar a voz do falante. Um outro ponto discutido foi a possibilidade de as formas *nós* e *a gente* terem uma referência não específica. Os pronomes possessivos *seu* / *sua* / *seus* / *suas* alternam, na 3ª pessoa do discurso, com as formas analíticas *dele* / *dela* / *deles* / *delas*. Alguns autores acreditam que essa alternância se iniciou com a substituição das formas *tu* e *vós* por *você* e *vocês*. Outros autores, como Perini (1985), acreditam que a substituição de *tu* e *vós* pelas formas *você* e *vocês* tornou ambíguo o pronome possessivo de 3ª pessoa *seu*. Essa ambiguidade é desfeita quando o falante utiliza a forma preposição + nome: *dele(s)/dela(s)*. Para esta pesquisa foi utilizado um *corpus* oral já pronto, que foi colhido durante o projeto “Descrição sócio-histórica do Português de Belo Horizonte”. Os dois casos de variação foram quantificados e analisados conforme as técnicas sociolinguísticas. Os resultados indicam uma variação estável na alternância entre *nós* e *a gente* e uma mudança em progresso na alternância entre *seu* e *dele*.

Palavras-chave: Alternância. Pronomes. Pessoais. Possessivos.

ABSTRACT

This dissertation is aimed at investigating the alternative uses of *nós* and *a gente*, as forms of personal pronouns, and *seu*, *sua(s)*, *dele*, *dela(s)*, as possessive pronouns in the Portuguese spoken in Belo Horizonte – Minas Gerais. *Nós* and *a gente* are used when the speaker refers to *ele* + *alguém* (himself + someone else). Besides this sense, the pronominalized form *a gente* and the pronoun *nós* may also indicate the speaker's voice. Another aspect discussed is the nonspecific reference which *nós* e *a gente* may carry. The possessive pronouns *seu* / *sua* / *seus* / *suas* have the alternative analytic forms *dele* / *dela* / *deles* / *delas* for third person. Some authors believe that this alternation started when *você* and *você*s replaced *tu* and *vós* respectively. Others, like Perini (1985), believe this replacement rendered the third person possessive *seu* ambiguous. This ambiguity is however nullified when the speaker uses the form preposition + noun: *dele(s)/dela(s)*. The research supporting this dissertation used an oral *corpus* collected and completed during the project "Socio-Historical Overview of the Portuguese Spoken in Belo Horizonte." Both cases of variation were quantified and analyzed in the light of the techniques adopted in the field of Sociolinguistics. The results indicate a stable variation in the alternation between *nós* and *a gente* and an ongoing change of alternation between *seu* and *dele*.

Key words: Alternative uses. Pronouns. Personal pronouns. Possessive pronouns.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 Belo Horizonte	55
-----------------------------	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Capitais com menores taxas de analfabetismo.....	56
Tabela 2	Relação dos informantes.....	71
Tabela 3	Relação dos informantes por faixa etária.....	73
Tabela 4	Relação dos informantes por sexo.....	74
Tabela 5	Profissão dos informantes por grupo social.....	75
Tabela 6	Relação dos informantes por escolaridade.....	77
Tabela 7	Disposição da variável na sequência do discurso.....	90
Tabela 8	Desinência número-pessoal	92
Tabela 9	Resultados por grupo social.....	94
Tabela 10	Gênero do possuidor.....	97
Tabela 11	Generalidade do possuidor.....	98
Tabela 12	Distância do possuidor em relação ao referente.....	99
Tabela 13	Resultados por faixa etária.....	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Paradigma pronominal para posição de sujeito.....	36
Quadro 2	Níveis de saliência fônica proposto por Lopes (1999).....	63
Quadro 3	Reformulação do quadro “Níveis de saliência fônica”.....	64

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Crescimento populacional de Belo Horizonte	54
Gráfico 2	Distribuição da população por sexo.....	54
Gráfico 3	Distribuição da população por faixa etária.....	56
Gráfico 4	Percentual de casos de <i>nós e a gente</i>	86
Gráfico 5	Percentual de casos de <i>seu e dele</i>	96

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	A ALTERNÂNCIA ENTRE <i>NÓS</i> E A <i>GENTE</i> NO PORTUGUÊS.....	18
2.1	Abraçado (1991).....	18
2.2	Omena (1998).....	22
2.3	Naro, Göski & Fernandes (1999).....	26
2.4	Lopes (1999).....	28
2.5	Maia (2003).....	32
2.6	Zilles (2005).....	34
3	A ALTERNÂNCIA ENTRE <i>SEU</i> E <i>DELE</i> NO PORTUGUÊS.....	38
3.1	Perini (1985).....	38
3.2	Cerqueira (1993).....	41
3.3	Silva (1998).....	43
3.4	Neves (2002).....	47
4	METODOLOGIA	51
4.1	O contexto social.....	51
4.2	Variável dependente 1ª pessoa do plural.....	56
4.3	Variáveis independentes.....	57
4.3.1	<i>Variáveis estruturais</i>	57
4.3.1.1	<u>Função gramatical</u>	57
4.3.1.2	<u>Localização na frase</u>	58
4.3.1.3	<u>Transitividade verbal</u>	58
4.3.1.4	<u>Tempo verbal</u>	59
4.3.1.5	<u>Desinência número-pessoal</u>	59
4.3.1.6	<u>Referência</u>	59
4.3.1.7	<u>Disposição da variável na sequência do discurso</u>	60
4.3.1.8	<u>Saliência fônica</u>	61
4.3.1.9	<u>Preposição</u>	64
4.4	Variável dependente 3ª pessoa.....	64
4.5	Variáveis independentes.....	65
4.5.1	<i>Variáveis estruturais</i>	65
4.5.1.1	<u>Gênero do possuidor</u>	65
4.5.1.2	<u>Número do possuidor</u>	65
4.5.1.3	<u>Gênero do possuído</u>	66
4.5.1.4	<u>Número do possuído</u>	66
4.5.1.5	<u>Função gramatical</u>	66
4.5.1.6	<u>Cópula</u>	68
4.5.1.7	<u>Tipo de orações</u>	67
4.5.1.8	<u>Animacidade do núcleo</u>	67
4.5.1.9	<u>Generalidade do núcleo</u>	68
4.5.1.10	<u>Ambiguidade do pronome possessivo</u>	68
4.5.1.11	<u>Apresentação de um determinante antes do pronome possessivo</u>	68
4.5.1.12	<u>Posição do pronome possessivo em relação ao substantivo</u>	69
4.5.1.13	<u>Distância do possessivo em relação ao referente</u>	69
4.5.2	<i>Variáveis não-estruturais</i>	70

4.5.2.1	<u>Faixa Etária</u>	72
4.5.2.2	<u>Sexo</u>	72
4.5.2.3	<u>Grupo social</u>	73
4.5.2.4	<u>Escolaridade</u>	75
4.5.2.5	<u>Estilo de fala</u>	76
5	QUADRO TEÓRICO	79
6	ANÁLISE QUANTITATIVA E QUALITATIVA	85
6.1	Resultados da análise da alternância entre <i>nós</i> e <i>a gente</i>	85
6.1.1	<i>Disposição da variável na sequência do discurso</i>	86
6.1.2	<i>Desinência número-pessoal</i>	90
6.1.3	<i>Grupo social</i>	92
6.2	Resultados da análise da alternância entre <i>seu</i> e <i>dele</i>	93
6.2.1	<i>Gênero do possuidor</i>	95
6.2.2	<i>Generalidade do possuidor</i>	96
6.2.3	<i>Distância do possuidor em relação ao referente</i>	97
6.3	Resultados da análise dos fatores não estruturais entre <i>seu</i> e <i>dele</i>	98
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
	REFERÊNCIAS	105

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar alguns fenômenos de variação linguística do português brasileiro, com foco em alguns aspectos do seu sistema pronominal, conforme dados coletados em Belo Horizonte.

Uma das alterações a que me propus analisar neste trabalho é a alternância existente na primeira pessoa do plural entre *nós* e *a gente*, conforme os exemplos abaixo:

- (1) a- Quando *nós* chegamos lá a cidade estava assim.. tomada de exército. (DPfAB)¹
 b- *A gente* não podia ficar no portão da casa da minha sobrinha. (DPfAB)

Analisando os dois exemplos é possível perceber que são formas de expressão que o falante utiliza para se referir a *ele + alguém* do discurso.

Além dessa acepção, a forma pronominalizada *a gente* e o pronome *nós* podem também expressar a voz do falante:

- (2) a- Mas vocês assusta *a gente* desse jeito. (DAfAB)
 b- *Nós* viemos pra cá em 82. (DAfAB)

Nos exemplos (2a e b) as duas formas se referem ao falante, uma vez que, no exemplo (2b) quem veio foi o falante e sua família.

Um outro ponto a ser discutido é a possibilidade de as formas *nós* e *a gente* terem uma referência não específica, como por exemplo, em:

- (3) a- *A gente* escutava tiro de dia e de noite. (DPfAB)
 b- *Nós* estamos tendo uma mente muito curta. (DLmAB)

Nos exemplos (3a e b) o falante generaliza e, nessa acepção, pode-se dizer que ele usa tanto o pronome *nós* quanto a forma pronominalizada *a gente* de forma não específica.

Essas alterações já foram discutidas na literatura recente (ABRAÇADO, 1991; OMENA, 1998; NARO; GÖSKI & FERNANDES, 1999; LOPES, 1999; MAIA, 2003;

¹ No capítulo 4, referente à metodologia, estão as siglas de todos os informantes.

ZILLES, 2005), mas não há, ainda, consenso sobre o surgimento dessa variação nem se se trata de uma mudança em progresso ou já completada.

Abraçado (1991) discute o surgimento da forma *você* no sistema pronominal do português brasileiro e mostra que essa reestruturação do sistema pronominal pode ter sido uma das causas de a forma *a gente* ter sofrido o processo de gramaticalização.

Omena (1998), em seu estudo, analisou a distribuição social das variáveis *nós* e *a gente* e constatou que, em alguns contextos de fala, não se usa *a gente* por *nós*; em outros contextos, há uma distribuição condicionada por fatores linguísticos e sociais.

A variação entre *nosso* e *da gente* foi analisada por Abraçado (1991) e Omena (1998). As autoras estudaram o dialeto da cidade do Rio de Janeiro e observaram um aumento da forma não-padrão, o que, a princípio, não se observa no dialeto da cidade de Belo Horizonte.

Lopes (1999) faz um percurso histórico-descritivo do processo de gramaticalização de *gente* para a forma *a gente* em textos escritos do século XIII ao século XIX e em textos orais do século XX.

Naro, Göski & Fernandes (1999) analisam a distribuição da 1ª pessoa do plural como uma mudança na flexão verbal. Os autores apontam que, a forma *nós* é pronominal e tem como forma preferida de uso o verbo com a desinência *-mos*, enquanto *a gente* é derivado de um substantivo e tem como forma preferida o verbo na 3ª pessoa com desinência Ø.

Maia (2003) investiga duas comunidades linguísticas mineiras, uma rural (Pombal/Mariana) e uma urbana (Belo Horizonte). A autora tenta fazer uma comparação entre as duas cidades com o intuito de verificar se um processo de mudança está presente e qual sua força.

Zilles (2005) explica que no português brasileiro o substantivo *a gente*, com o sentido de *nós*, está se gramaticalizando e adquirindo características de pronome pessoal, alternando com a 1ª pessoa plural *nós*. Esse processo parece estar correlacionado a um número de outras mudanças morfossintáticas. De acordo com a autora, um caminho concebível para a gramaticalização é considerar um *continuum* de mudanças que se definem por diferentes processos através do tempo. Se um item lexical sofre certo tipo de mudança morfossintática, isso corresponde a mudanças fonológicas e funcionais. Para a autora, a redução fonológica de ‘*a gente*’ para (i) *a ‘gen/*; (ii) *a/’ente* ; (iii) *a ‘g/te*, além da perda da concordância verbal e do sujeito nulo no português brasileiro, são exemplos de mudanças fonológicas e funcionais que explicam o processo contínuo de gramaticalização.

Observando o sistema pronominal do português, podemos perceber que houve ainda modificações no sistema dos possessivos, como nos exemplos abaixo:

- (4) a- Elas mesmas vão tirar *suas* conclusões. (DAfAB)
 b- Esqueci o nome *dela*. (DHmVB)

A variação entre *seu* vs *dele* já foi objeto de estudo de pesquisadores como Perini (1985), Cerqueira (1993), Silva (1998) e Neves (2002), mas ainda não há um estudo que mostre que a reestruturação de um sistema pode ter acarretado a mudança do outro.

Cerqueira (1993) acredita que o avanço da forma *dele* está relacionado com as mudanças ocorridas no sistema pronominal, mas não é o seu intuito mostrar empiricamente se essa hipótese procede ou não.

Silva (1998, p.180) completa:

Está praticamente *enterrada* na língua oral a forma *seu* para terceira pessoa, exceto nos casos de possuidores gerais, reservando-se a forma *seu* para a segunda pessoa semântica. Essa modificação absoluta do sistema de possessivos acompanha obviamente a mudança paulatina de todo o sistema pronominal (pronomes “retos” e “oblíquos”), desde a penetração da forma *você* no sistema.

Para Silva (1998), a forma *seu* se especializou na segunda pessoa, tornando-se menos comum o uso dessa forma na 3ª pessoa.

A partir desse quadro, pretendemos discutir algumas hipóteses encontradas em trabalhos anteriores sobre a alternância nos pronomes pessoais *nós*, *a gente* e nos possessivos *seu* e *dele*. Portanto, pretendo analisar a distribuição e a utilização dessas formas no português de Belo Horizonte.

Para a análise quantitativa dos resultados será utilizada a técnica variacionista (Pacote de Programas GOLDVARB), levando-se em conta fatores de ordem estrutural e não estrutural que condicionam a alternância encontrada no sistema pronominal do português de Belo Horizonte.

De acordo com Weinreich, Labov & Herzog (1968, p.54, tradução nossa), “a tarefa do lingüista não é tanto demonstrar a motivação social de uma mudança quanto determinar o grau de correlação social, é mostrar como ela pesa sobre o sistema lingüístico abstrato”².

Para Labov, os fatores sociais são importantes, na medida em que podem favorecer uma mudança lingüística que tenha se iniciado no sistema. Seguindo a proposta de Labov

² Thus it is not so much the task of the linguist to demonstrate the social motivation of a change as to determine the degree of social correlation which exists, and show how it bears upon the abstract linguistic system.

(1968), tento mostrar o peso desses fatores nas alternâncias observadas nos pronomes pessoais e possessivos no português de Belo Horizonte.

O segundo objetivo é avaliar se cada alternância é uma mudança em progresso, como dizem alguns autores, ou se o fenômeno já completou o seu curso, ou, ainda, se se trata de uma variação estável.

O último e não menos importante objetivo é descrever o sistema pronominal do português de Belo Horizonte, mostrando a reestruturação que vem ocorrendo nesse sistema.

Esta dissertação é composta por sete capítulos. Neste primeiro capítulo é feita a introdução. No capítulo dois serão resenhados trabalhos pertinentes à alternância entre *nós* e *a gente* na 1ª pessoa do plural, visando a um diálogo com as hipóteses que nortearam o projeto de pesquisa. No terceiro capítulo serão resenhados os trabalhos pertinentes à alternância nos possessivos de 3ª pessoa do singular e do plural. No quarto capítulo serão apresentadas as características da cidade de Belo Horizonte, a metodologia e o *corpus* utilizado, bem como as variáveis que serão analisadas. No quinto capítulo será apresentado o modelo teórico adotado. No sexto capítulo será feito um relato dos resultados obtidos pelas análises quantitativa e qualitativa da alternância entre *nós* e *a gente* na 1ª pessoa do plural e da alternância entre *seu/sua(s)*, *dele/dela(s)* nos pronomes possessivos. No sétimo capítulo serão feitas as considerações finais sobre o trabalho.

2 A ALTERNÂNCIA ENTRE *NÓS* E A *GENTE* NO PORTUGUÊS

Neste capítulo serão resenhados os trabalhos pertinentes à alternância entre *nós* e *a gente*. Foram selecionados os estudos que contemplam os dialetos da região sul e sudeste do Brasil, tendo como base teórica os pressupostos variacionistas.

2.1 Abraçado (1991)

Abraçado descreve a reestruturação do sistema pronominal no dialeto carioca e as mudanças que envolvem esse sistema na maioria dos dialetos brasileiros.

O *corpus* utilizado pela autora constitui-se de três fontes: (1) cartas, escrituras e peças teatrais; (2) entrevistas; e (3) testes.

As entrevistas foram feitas na cidade de Macaé, localizada na região norte do estado do Rio de Janeiro.

De acordo com Abraçado, a fonte 1 foi utilizada para investigar a evolução do sistema pronominal do português falado no estado do Rio de Janeiro; a fonte 2 foi utilizada como meio de obter amostras que permitiam a avaliação do estágio do sistema naquele momento; e a fonte 3 foi utilizada como meio de sanar problemas não resolvidos por falta de dados provenientes das duas primeiras fontes.

Abraçado diz que não é difícil perceber que estamos diante de um sistema em que somente uma forma verbal, a da 1ª pessoa do singular, possui apenas um candidato a sujeito. Entre as outras se dividem as demais pessoas gramaticais e seus referidos pronomes-sujeito, o que induz a uma análise que considere a possibilidade de o português brasileiro ter buscado uma incorporação das demais pessoas nas duas últimas formas verbais.

Segundo Abraçado, as mudanças que envolvem os pronomes-sujeito da 2ª pessoa do singular, 1ª pessoa do plural e 2ª pessoa do plural, então, não seriam mais do que recursos da língua, que lançaria mão de formas pronominais compatíveis com a redução das desinências pessoais das formas verbais; ou seja, *você*, *vocês* e *a gente* resultariam dessa incorporação justamente por se encaixarem, os três, nas formas verbais remanescentes, num modo de garantia e preservação da harmonia de traços entre as formas verbais e os pronomes-sujeito, obtendo como resultante a concordância verbal padrão.

Para Abraçado, o português brasileiro sofre a ação de duas tendências: tendência à redução das desinências pessoais das formas verbais e tendência à preservação de uma harmonia de traços entre o verbo e seu sujeito. Para a autora, a atuação conjunta dessas tendências tem participação efetiva no processo que envolve a reestruturação do sistema pronominal.

Conforme Abraçado, a partir daí, então, aconteceria uma série de mudanças que não fugiriam à razão principal: (1) o desuso de *o/a/lhe* e *os/as/lhes* teria como causa a ação conjunta dessas duas tendências uma vez que *você* e *vocês*, introduzidos por elas, passariam a representar, *você e vocês*, mais uma possibilidade de referência, levando à ambiguidade aqueles pronomes-complemento que se viram obrigados a servir às segundas e às terceiras pessoas do singular (*o/a/lhe*) e do plural (*os/as/lhes*); (2) a ambiguidade que se apoderou dos pronomes-complemento referidos em (1), pelo mesmo motivo e nas mesmas circunstâncias, atingiu também o possessivo de terceira pessoa, provocando uma reorganização no subssistema de pronomes possessivos, que resultou na utilização exclusiva de *seu(s)/sua(s)* para a 2ª pessoa do singular, enquanto que na 3ª pessoa do singular, 2ª pessoa do plural e 3ª pessoa do plural passou-se a empregar *dele(a)*, *de vocês* e *deles(as)*.

Em seu trabalho, Abraçado levanta duas questões para serem respondidas:

1. A forma verbal influencia a escolha do pronome-sujeito?
2. O ritmo e a tendência evolutiva da mudança são determinados funcionalmente, através da presença, ou não, de variantes vulneráveis à ambiguidade referencial?

Para responder as duas questões, Abraçado seleciona fatores estruturais e não estruturais que, a princípio, poderiam influenciar no processamento dessas mudanças. Os estruturais são:

1. Ambiguidade referencial
2. Concordância padrão
3. Função sintática
4. (+/-) genérico

Fatores não estruturais:

1. Sexo
2. Classe social
3. Idade
4. Escolaridade
5. Estilo de fala

Conforme afirma Abraçado, no estudo das variantes da 1ª pessoa do plural *nós* e *a gente* apenas os fatores estruturais (+/–) genérico, função sintática e concordância padrão se mostraram significativos. Para a autora, a significância da concordância padrão como controlador do uso das duas variantes, *nós* e *a gente*, vem confirmar a hipótese inicial sobre a importância da forma verbal na determinação da variante a ser utilizada. Isso mostra que há uma tendência a harmonizar os traços do verbo e de seu sujeito.

Em relação ao fator (+/–) genérico, cuja significação se restringiu à função de sujeito, o que se conclui é que enquanto *a gente* obtém altas frequências de uso nas formas genérica e não-genérica, o pronome *nós* ocorre basicamente na forma não - genérica. Segundo Abraçado, *a gente*, então, fazendo jus à sua origem, se apresenta com seu caráter genérico bem marcante. Mas o que há de se notar aí é que seu maior número de ocorrências concentra-se na forma não-genérica, desenhando o caminho que ele percorreu e percorre de substantivo à forma pronominal.

Ainda de acordo com Abraçado, apesar de a forma *a gente* superar o pronome *nós* em todas as funções consideradas, é na dupla função que *a gente* atinge o teto de cem por cento. Isso, logicamente, deve-se ao fato de *a gente* ser uma forma que serve tanto à função de sujeito como à de objeto, encaixando-se perfeitamente, portanto, na situação imposta pela dupla função.

Conforme Abraçado, no estudo das variantes *nós* e *a gente* os fatores não estruturais que se mostram significantes no condicionamento dessa variação são: sexo, idade e escolaridade. Os fatores estilo e classe social não alcançaram o nível de significância adotado.

Segundo Abraçado, o fator sexo indica que, nessa mudança, em que a influência do prestígio não foi detectada, o sexo masculino está na liderança. O fator idade mostra que as ocorrências de *nos* como pronome-complemento da 1ª pessoa do plural estão concentradas na fala dos informantes mais idosos, enquanto as maiores ocorrências de *a gente* se concentram na fala dos informantes mais jovens. Para a autora, a variante *nós* não aparece na fala dos informantes que possuem nível superior de instrução. A forma *a gente*, no entanto, figura na fala dos informantes dos três níveis de instrução, obtendo índices de frequência significativos em cada um desses três níveis.

Abraçado (1991, p.138) diz que:

Resumindo, os fatores não-estruturais tornam evidente o fato de a forma *a gente* estar a caminho de se consolidar como pronome-complemento da 1ª pessoa do plural. A principal evidência para esta afirmação reside no fato de a forma *a gente* não se diferenciar nem por classe social (i.e., mostra-se como um traço da

comunidade como um todo), e nem por estilo (i.e, não se restringe a uma única modalidade de fala).

De acordo com Abraçado, o único sistema a se manter inalterado é o da 1ª pessoa do singular. Os demais foram ou estão sendo atingidos por mudanças linguísticas que (com exceção das terceiras pessoas) se iniciam na função de sujeito, alastrando-se daí para as outras funções.

Segundo Abraçado, todo o processo se iniciou com a introdução de *você* e *vocês* no quadro de pronomes-sujeito. A partir daí, então, os pronomes-complemento *o/lhe* e *os/lhes* passaram a se referir à segunda e à terceira pessoa do plural, respectivamente. O mesmo acontece com o possessivo *seu*, com o agravante de que este último passou a servir a todas as pessoas gramaticais, exceto a 1ª pessoa do singular.

Para Abraçado, quanto aos pronomes-complemento *o/lhe*, a primeira solução a se apresentar para o impasse foi a de evitar o seu emprego, introduzindo-se *você* como pronomes-complemento da 3ª pessoa do singular. Porém, essa solução não se consumou na 2ª pessoa do singular, que passou a ter dois pronomes-complemento, *te* e *você*.

Abraçado diz que, para se compreender o efeito da mudança na 2ª pessoa do singular, é preciso atentar para sua evolução, que se deu – e se dá – de forma bem mais lenta do que nas demais pessoas. Tomando-se como exemplo a disputa que se trava na 1ª pessoa do plural entre *nós* e *a gente*, vê-se que essa disputa começou no final do século XIX e que, nos nossos dias, *a gente* só perde para *nós* para seus correspondentes no quadro dos possessivos.

Para Abraçado, a forma *você*, ao entrar no subsistema da 2ª pessoa do singular, não conseguiu se infiltrar de vez no campo da atuação de *tu*, passando a constituir uma forma alternativa de tratamento que se colocava entre a intimidade e a formalidade. Estabelecendo-se um paralelo entre os dialetos mineiro, paulista e carioca, vê-se que nos três a forma *te* é utilizada como único pronomes-complemento átono de *você* e a forma verbal imperativa também é remanescente de *tu*. No entanto, é no Rio de Janeiro, antiga Corte, que o *tu* – ainda que de forma reduzida e com o verbo na 3ª pessoa do singular – continua a ser empregado como pronomes-sujeito da 2ª pessoa do singular.

Conforme Abraçado, o desaparecimento do pronomes-complemento de *vós* e dos possessivos relacionados a *vós* e a *tu* mostra que isso se deu em consequência da queda dos pronomes principais (primeiro caem os pronomes-sujeito, depois os demais pronomes integrantes do sistema), sendo que semelhante processo se estabelece em relação a *nós* e *nosso* na 1ª pessoa do plural, que estão sendo substituídos por formas derivadas de *a gente*.

A autora ainda lembra que a concordância verbal, ao contrário do postulado tradicional, não se observa a partir da escolha do pronome-sujeito e sim através de uma harmonia de traços presentes nos dois elementos integrantes desse processo.

Tendo sido *você*, *vocês* e *a gente* selecionados a partir da forma verbal, a sua influência na escolha do pronome-sujeito fica comprovada.

Abraçado faz um percurso histórico das mudanças linguísticas encontradas no sistema pronominal. A autora utiliza como *corpus* cartas, escrituras e peças teatrais para fazer o estudo diacrônico da reestruturação do sistema pronominal. Em minha pesquisa, faço um estudo sincrônico da alternância entre *nós* e *a gente* ampliando e retomando como fatores estruturais a função sintática e a generalidade do discurso. Os fatores não - estruturais *sexo*, *classe social*, *idade*, *escolaridade* e *estilo de fala* serão apresentados no capítulo cinco.

2.2 Omena (1998)

Neste texto, Omena analisa eventos de fala nos quais os falantes referem-se às pessoas do discurso de maneira precisa ou imprecisa. Para isso, o falante utiliza formas do singular e do plural, que são, às vezes, semanticamente ambíguas. Inclui entre elas o pronome *nós* e a forma *a gente* para a primeira pessoa do plural. A autora cita dois exemplos para mostrar a alternância entre o pronome *nós* e a forma *a gente*.

(5) “Porque a única coisa que não vai bem é o seguinte: que *nós* temos aqui uma dificuldade muito grande de colocar a documentação do bar em dia...”

(6) “Então, *a gente* tem condição de fazer uma documentação certa, para que eles não tenham o direito de interferir no nosso movimento, entendeu?”

De acordo com a autora, nos exemplos acima, as formas *nós* e *a gente* parecem satisfazer as condições para serem quantificadas como variantes de uma variável.

Ainda segundo Omena, existem casos em que não há a alternância das formas, como por exemplo:

(7) “*A gente* encosta ela nas pedras, Øjoga o equipamento de mergulho tudo, sem a equipe. (sujeito Ø, desinência verbal – 3ª pessoa singular).

(8) “Então selecionei os jogadores, Øviajamos (sujeitoØ, desinência verbal – 1ª pessoa do plural).

Para Omena, embora seja comum uma sequência de orações com os sujeitos explícitos, e mesmo que, às vezes, apareça sujeito não explícito sem antecedente, pode-se argumentar que em construções coordenadas desse tipo o sujeito explícito não ocorreria, portanto não haveria alternância das formas.

Além da distribuição das formas *nós* e *a gente* na função de sujeito, explícito ou implícito, Omena cita outras funções sintáticas em que elas podem ocorrer: objeto direto, adjunto adverbial, adjunto adnominal, objeto indireto, complemento nominal e predicativo do sujeito.

Omena diz que, no âmbito geral, a entrada de *a gente* é maior na função de adjunto adverbial, depois na de sujeito e complemento, que se equivalem. Um outro fator citado por ela, que parece indicar uma mudança em progresso, é o aumento do uso de *a gente* entre os falantes mais jovens.

Segundo a autora, as formas *a gente* e *nós* aparecem em maior número na posição de sujeito do que na de objeto, o que é mais uma característica dos pronomes pessoais. Conforme Omena, os pronomes veiculam informações velhas que aparecem mais comumente na posição de sujeito. A posição de objeto mais comum para a comunicação de informações novas, propicia, em contrapartida, a ocorrência de sintagmas nominais plenos.

Para Omena, no português falado, a forma *a gente*, do substantivo feminino latino *gens*, *gentis*, pode, conforme forma original, ser usada como substantivo, para nomear de forma coletiva, indeterminadora. Como extensão desse uso passou-se a aplicar, também, a mesma forma, sempre (ou quase sempre) determinada pelo artigo, para designar a primeira pessoa do discurso, no singular e no plural.

Conforme afirma Omena, a introdução da forma *a gente* no sistema de pronomes é mais uma modificação, dentre outras, que vem provocando uma reestruturação no sistema. De acordo com Omena, no caso de *a gente*, no português, a análise sincrônica revela que a nova forma identificou-se mais com o pronome de primeira pessoa do plural, pois o uso de *a gente* no lugar de *eu* é muito menos frequente. O uso de *a gente* por *nós* já se ampliou mais: segue uma gradação que vai da impossibilidade de se usar uma forma pela outra até a alternância das formas. A necessidade de, na 1ª pessoa do discurso no plural, contrapor uma referência precisa a uma imprecisa foi talvez o que deu origem ao uso de *a gente*, substituindo o pronome *nós*.

Em geral, os pronomes são empregados para se manter a coesão do discurso. Essa função discursiva influi na escolha das formas em estudo. Para medir essa influência, a autora considerou a disposição das formas na sequência do discurso.

Levando em conta a sequência das formas no discurso e a manutenção ou não do referente, Omena estabeleceu os seguintes fatores:

1. 1ª referência;
2. Forma antecedente *a gente* com referente igual;
3. Forma antecedente *a gente* com referente diferente;
4. Forma antecedente *nós* com referente igual;
5. Forma antecedente *nós* com referente diferente;
6. Forma antecedente zero com desinência verbal de terceira pessoa do singular com referente igual;
7. Forma antecedente zero com desinência verbal de terceira pessoa do singular com referente diferente;
8. Forma antecedente zero com desinência verbal de primeira pessoa do plural (ou quarta pessoa) com referente igual;
9. Forma antecedente zero com desinência verbal de primeira pessoa do plural (ou quarta pessoa) com referente diferente.

Considerando a atuação da sequência do discurso na escolha da forma, os resultados mostram que a probabilidade de se usar *a gente*, ao invés de *nós*, é maior quando o antecedente formal for *a gente* e a referência for igual à anterior.

Segundo Omena, uma vez escolhida a forma, essa escolha atua sobre o uso das formas subsequentes, até que um novo fator atue, provocando nova escolha. Em relação às formas antecedentes com sujeito zero, essa influência semântica é maior, pois a não explicitação da forma e a mudança de referente se conjugam para atenuar o mecanismo de mudança.

O grau de diferença entre as formas verbais de 3ª pessoa do singular e 1ª pessoa do plural também condiciona a ocorrência (ou não) de *a gente*. Comparando-se essas formas verbais, verifica-se que a maior diferença entre elas privilegia o uso de *nós*, e a menor, o uso de *a gente*. Se a concordância do verbo com o sujeito é sensível ao maior ou menor grau de saliência fônica³ verbal, supõe-se que o falante use mais a forma *nós* (com flexão verbal *-mos*)

³ Saliência fônica são níveis de diferenciação fônica, entre a 3ª pessoa do singular que geralmente se combina com a forma *a gente* e a 1ª pessoa do plural que estabelece concordância com o pronome *nós*. Leva-se em conta, no nível 1, um grau mínimo de diferença fônica que é estabelecida pelo simples acréscimo da desinência verbal *-mos*, sendo a sílaba tônica a mesma em ambas as formas. Conforme se aumentam os níveis, aumenta-se a diferenciação entre a 3ª pessoa do singular e a 1ª pessoa do plural (LOPES, 1999, p.129).

como sujeito, com formas verbais onde exista maior diferença fônica entre a 3ª pessoa do singular e a 1ª do plural.

Os resultados obtidos por Omena confirmam o previsto: as formas verbais que apresentam menor saliência fônica são as que, em termos de probabilidade, favorecem o uso da forma *a gente*, sendo o oposto o que acontece com a forma *nós*. Com as formas gerundiais, em que não há flexão verbal, o uso de *a gente* foi categórico quando comparado à forma *nós*. Outra forma que merece atenção é o infinitivo. Em termos de saliência fônica, as formas de terceira pessoa do singular e primeira pessoa do plural pouco se diferenciaram, o que favorece a substituição da forma mais antiga, *nós*, pela mais nova, *a gente*.

As porcentagens e probabilidades obtidas para a ação dos tempos verbais presente, passado, futuro e não marcado demonstram que, com os tempos não marcados e o presente, é maior a probabilidade para o uso de *a gente*; o tempo passado favorece a forma *nós*.

Um outro fator apontado por Omena é a indeterminação do referente. Na concorrência entre as duas formas, a forma *a gente* continua a ser preferida para a referência mais geral, indeterminadora. Além desse, Omena testou os seguintes fatores semânticos: indeterminação e número maior ou menor de referentes.

De acordo com Omena, nas narrativas predominam os traços morfossintáticos e semânticos que selecionam a forma *nós*: tempo passado, aspecto perfectivo e referência determinada. Ao contrário, quando o falante descreve atividades, festas, viagens, discorre sobre comportamento, fala de si mesmo e de outros, o faz de maneira às vezes indeterminada, generalizante, referindo-se a ações ou estados que se mantêm, que são habituais ou repetitivos. Predominam, então, nesses tipos de discurso, os fatores condicionantes de *a gente*.

Omena observou que o uso de *a gente* é favorecido na função de adjunto adverbial e complemento nominal, e é desfavorecido na função de adjunto adnominal.

- (9) a- Uns poucos que falavam *conosco*. (função de adjunto adverbial)
 b- Eles falam bem diferente *da gente*. (função de complemento nominal)
 c- Aí, inclusive, a menina que estava de plantão nesse dia é amiga *da gente*.
 (função de adjunto adnominal)

Contribuem para essa distribuição das formas *nós* e *a gente* as realizações de fala dos informantes adultos, porque nas das crianças a forma *a gente* já substitui o pronome *nós* nessas funções: ela só está variando na função de sujeito, objeto direto e de adjunto adnominal, onde começa a substituir o possessivo *nosso(s) /nossa(s)*.

- (10) a- Ele já não conhece *a gente*, fica com medo sabe? (função de objeto direto)
 b- Aí, inclusive, a menina que estava de plantão nesse dia é amiga *nossa/da gente*. (função de adjunto adnominal)

Além disso, as formas pronominais objetivas apresentam-se também nas outras pessoas gramaticais muito vulneráveis. Há uma tendência a substituí-las pelas formas do caso reto: veja-se o exemplo dos pronomes átonos do caso oblíquo *o(s)*, *a(s)*, quase inteiramente substituídos por *ele(s)* e *ela(s)*. Considerando as variáveis na função de não-sujeito, verifica-se que a sequência do discurso é o fator mais atuante na escolha de uma das formas. Segundo Omena, quando o falante faz uma referência isolada à primeira pessoa do plural, ou quando se trata da referência inicial, há uma tendência ao uso de *a gente*.

Omena diz que, na alternância entre o pronome *nós* e a forma *a gente*, atuou particularmente a variável idade: os falantes novos usam bem menos a forma *nós* do que os mais velhos, fazendo-se sentir que o aumento da forma *a gente* se acelerou principalmente a partir da década de 1960.

Conforme a autora, a escolarização atuou no sentido de os mais escolarizados tenderem a usar mais a variante padrão quando não estão em contato com a escola. O fator sexo atuou fracamente: as mulheres tendem a usar mais a forma *nós* durante a sua atuação no mercado de trabalho.

Segundo Omena, os resultados demonstraram que os falantes financeiramente mais favorecidos e os mais expostos à mídia tendem a empregar mais a forma *nós*, ou seja, a variante padrão. Já o mercado de trabalho e a sensibilidade linguística não se mostraram relevantes para a alternância entre *nós* e *a gente*.

Em meu estudo retomo os fatores semânticos e sintáticos verificados por Omena.

2.3 Naro, Göski & Fernandes (1999)

No português padrão, a 1ª pessoa do plural sempre foi reconhecida pelo pronome *nós* e pela desinência verbal *-mos*, categoricamente. Na linguagem informal, a forma *a gente* alterna com o pronome *nós*, o que, em alguns contextos, leva o verbo para a 3ª pessoa do singular; a

desinência *-mos* é frequentemente usada com *nós* e omitida com *a gente*. Como pode ser observado no exemplo 11 (a, b e c), na fala informal podemos encontrar:

- (11) a- *Nós* falamos ou *nós* fala
 b- *A gente* fala ou *a gente* falamos
 c- Fala ou falamos

Conforme Naro *et al.*, observando os exemplos podemos dizer que a forma preferida para o sujeito desinencial depende do pronome antecedente.

De acordo Naro, Görski & Fernandes, para os verbos regulares a desinência *-mos* é ambígua entre o presente e o passado. Uma forma como *Nós falamos* pode indicar presente ou passado. Entretanto, a desinência zero não é ambígua: *fala* é totalmente diferente de *falou*. Para resolver essa questão, Naro, Görski & Fernandes montaram testes para avaliar se o falante utiliza as variantes *nós* e *a gente* em tempos verbais diferentes.

No estudo de Naro, Görski & Fernandes, a saliência fônica se mostrou estatisticamente significativa em todos os grupos etários. Embora haja uma flutuação na taxa de frequência através dos grupos, há um aumento do peso relativo em todos os grupos. Neste sentido, com o sujeito *nós*, 1ª pessoa plural, a desinência verbal *-mos* tende a aparecer mais frequentemente quando a diferença fônica entre as formas verbais é mais acentuada.

Naro, Görski & Fernandes correlacionaram a variável independente *idade à saliência fônica*. Nos resultados obtidos pelos autores, a variável tempo é estatisticamente significativa somente para os dois grupos mais novos, embora exiba uma larga diferença no uso atual. Os autores concluíram que o uso da desinência *-mos* com sujeito *nós* por adultos, jovens e velhos é governada pela saliência fônica. Para os falantes mais velhos o maior grau de saliência favorece o uso de *-mos*, mas para falantes mais novos é necessário que atue junto com a saliência fônica o tempo passado para que o uso da desinência *-mos* seja favorecida.

De acordo Naro, Görski & Fernandes, a saliência fônica pode favorecer o uso da desinência *-mos* com a forma *a gente* no mesmo caminho que temos visto com o pronome *nós*, ou seja, ambientes em que a desinência *-mos* aparece favorecem a utilização do pronome *nós*, enquanto as formas verbais menos salientes favorecem a utilização da forma *a gente*. Outros traços estruturais como ‘distância do sujeito com relação ao verbo’ podem estar no caminho oposto, desfavorecendo o uso da desinência *-mos* quando a forma verbal concorda com o sujeito *a gente*. Na fala dos autores isso parece ser uma situação típica em que uma regra se difunde para desfavorecer o ambiente de outra.

Os resultados encontrados para a forma *a gente* exibem muitas características que são totalmente diferentes dos resultados encontrados para a forma *nós*. Para Naro, Görski & Fernandes, em primeiro lugar a variável tempo verbal é muito mais avançada para *a gente* do que para a forma *nós*. De acordo com os autores, as análises da forma *a gente* indicam que a saliência fônica vem em primeiro lugar, seguida do tempo verbal e da posição do sujeito, e do fator não estrutural *faixa etária*.

Para a forma *nós* o mais importante é a saliência fônica. Os autores concluíram que a tendência dos falantes brasileiros é mudar o lugar de determinação do uso da desinência *-mos* da saliência para o tempo verbal. Em outras palavras, o sistema antigo, com desinência *-mos*, era semanticamente ambíguo, controlado basicamente pelo princípio da saliência, no ambiente de 1ª pessoa plural. No novo sistema, pelo contrário, é associado a uma categoria importante de tempo, e assume a marca de pretérito.

É possível que, no futuro, a desinência *-mos* possa indicar categoricamente pretérito e zero categoricamente não-pretérito na 1ª pessoa plural. A diferença fundamental entre o pronome *nós* e a forma *a gente* é uma redistribuição gradual da desinência *-mos* em ambientes de pretérito.

Naro, Görski & Fernandes fizeram um estudo voltado para a ambiguidade dos verbos regulares na 1ª pessoa do plural. Os autores identificaram como fatores estruturais a saliência fônica, desinência número-pessoal, posição do sujeito e tempo verbal. Em meu estudo apenas o fator posição do sujeito não é retomado, sendo os outros fatores estruturais retomados e ampliados juntamente com os fatores não estruturais.

2.4 Lopes (1999)

Neste estudo a autora faz um mapeamento histórico-descritivo da inserção de *a gente* no sistema pronominal do português brasileiro, europeu e africano. Ela acredita que, para explicar as causas das mudanças ocorridas no sistema pronominal, é preciso identificar os fatores de ordem discursivo-pragmáticos, os de natureza formal e os sociais que atuaram, ao longo do tempo, na alteração categorial do nome *gente* para o pronome *a gente*.

Para dar conta do percurso histórico da forma pronominal *a gente* no português do Brasil e de Portugal, a autora utiliza diversos tipos de *corpora*, orais e escritos, e faz análises em tempo real de longa e curta duração.

Além de utilizar uma variabilidade de dados, a autora adota uma proposta teórico-metodológica eclética, defendendo a aplicação de diferentes correntes linguísticas (Funcionalismo, Gerativismo e Teoria da Variação).

Os primeiros resultados apresentados pela autora dizem respeito ao percurso histórico de *gente* para *a gente* em tempo real de longa duração.

Segundo Lopes (1999, p.60), na análise em

tempo real de longa duração, percebeu-se que o processo de pronominalização do substantivo *gente* foi lento e gradual, uma vez que só foram localizadas ocorrências de *a gente* como pronome no século XVIII. Antes disso, há exemplos esporádicos em que a forma *a gente* apresenta ambiguidade interpretativa, ou seja, tanto pode ser considerada sinônimo de “pessoas” quanto variante do pronome *nós*. Conforme se configura a intensificação do emprego de *a gente* como forma pronominal do século XIX em diante, a interpretação ambígua deixa de se fazer presente.

A autora, com base nas análises dos *corpora*, chega aos seguintes resultados até o século XIX:

- O emprego dêitico da forma *a gente* é um dos fatores mais importantes no processo de gramaticalização;
- A forma pronominal *a gente* tem um emprego mais genérico do que específico;
- A posição de *a gente* no SN torna-se mais fixa e rígida. A forma *a gente* passa a ser utilizada a partir do século XIX como núcleo isolado no SN, comportando-se como um verdadeiro pronome pessoal;
- Há maior probabilidade de ocorrer a forma pronominal *a gente* entre personagens do sexo feminino. Os personagens masculinos, seja no teatro, seja na literatura, utilizam a nova forma com menor frequência;
- Tempos verbais associados à interpretação genérica (presente do subjuntivo, presente do indicativo e formas infinitivas) já no século XIX aparecem com mais frequência combinadas à forma pronominal *a gente*;
- É o caráter genérico e indeterminado que a forma *a gente* herda do substantivo de origem *gente*: referente [– específico].

A partir dessas observações e seguindo a proposta inicial, a autora mostra os resultados encontrados a respeito da gramaticalização na vertente brasileira e compara os resultados obtidos no português europeu e africano.

Segundo Lopes (1999, p.116),

Ao contrário do que se verificou na análise dos dados do português europeu, os índices de frequência, no português do Brasil, são significativamente altos para a forma pronominal *a gente*, indicando que a vertente brasileira apresenta comportamento mais inovador que a vertente europeia, pelo menos no que se refere ao emprego da nova forma gramaticalizada. A polarização entre os fatores fica nitidamente delineada, evidenciando contextos específicos para o uso pronominal que se opõem aos contextos típicos do emprego do substantivo.

De acordo com a autora, na língua oral

os resultados não foram diferentes. A modalidade diatópica selecionada ratifica tal postulado. Os resultados indicam que a substituição do pronome *nós* por *a gente* encontra-se, realmente, num estágio mais acelerado no português do Brasil (56%, .55) do que no português de Portugal (12%, .22) (LOPES, 1999, p.120).

A partir deste quadro a autora chega aos seguintes resultados sobre o português europeu, português africano e português brasileiro:

- A diversidade geográfica que separa o português do Brasil, de Portugal e de Moçambique não se restringe apenas às diferenças de pronúncia ou vocabulário, estabelecendo-se inclusive em termos morfosintáticos;
- As diferenças entre as vertentes europeia, brasileira e moçambicana *não seriam tão evidentes* em um *corpus* constituído por textos escritos em função da adoção da norma padrão entre os autores em geral;
- O emprego de formas pronominais e de tratamento no português europeu é mais conservador do que no português brasileiro;
- A vertente moçambicana do português apresenta mais semelhanças com o português europeu do que com o português brasileiro pelo fato de 1) Portugal ter efetivamente iniciado o processo de colonização de Moçambique a partir de 1918, quando, segundo Gonçalves (1996, p.16), “o governo português começou a preocupar-se em lançar um sistema de educação mais sólido”; 2) Moçambique ter se mantido como colônia portuguesa até a década de sessenta deste século; 3) o português padrão europeu ser norma de referência e a única língua utilizada nas escolas Moçambicanas (*apud* Lopes, 1999).

Verificando o percurso histórico da forma *a gente*, Lopes (1999) parte para análise linguística e social da alternância entre o pronome *nós* e a forma *a gente* em tempo real de curta duração. Esse tipo de análise é voltado para o comportamento do indivíduo e da comunidade. Nele a autora percebeu que a substituição de *nós* por *a gente*, embora esteja sendo implementada de forma acelerada nos últimos vinte anos no português do Brasil,

caracteriza-se, dentro dos modelos interpretativos de Labov (1994)⁴, como um padrão de gradação etária, pois se configura, no *estudo de tendências*, como um comportamento estável da comunidade e, no *estudo de painel*, como um comportamento instável dos mesmos indivíduos.

Para verificar tais comportamentos, foram selecionados pela autora os seguintes fatores linguísticos:

1. Paralelismo com P4⁵
2. Tipologia semântica do sujeito
3. Saliência fônica
4. Tempo Verbal
5. Sexo/faixa etária

Os resultados obtidos pela autora para o grupo 1 evidenciam que, mesmo não apresentando concordância verbal com 1ª pessoa do plural, entre os falantes cultos a forma *a gente* ocorre em paralelismo com marcas formais de 1ª pessoa do plural, ou seja, a forma *a gente* pode ocorrer com a desinência *-mos*, deixando claro que sua estrutura conceptual pressupõe a inclusão do falante, ou o traço semântico [+ eu]. Apesar de *a gente* não ter alterado o traço formal do substantivo [Øeu], a pessoa do discurso pode ser identificada no contexto discursivo e sintático.

Para a tipologia do sujeito a autora percebeu altos índices percentuais e de peso relativo para o emprego genérico e impessoal de *a gente* e baixos índices para o emprego como referência específica.

De acordo com Lopes (1999, p.130), com os níveis de saliência fônica (1 e 2), a forma *a gente* tende a ocorrer mais. O nível 5, em que há maior saliência fônica entre as formas de 3ª pessoa do singular e 1ª pessoa do plural, desfavorece a utilização da forma *a gente*.

Segundo a autora, os usos de *a gente* ocorreram com os tempos verbais que se caracterizam por uma conotação temporal menos restritiva e mais *lata*, como o presente do indicativo, o pretérito imperfeito do indicativo e o infinitivo. O uso do pronome *nós* associa-se a tempos verbais “com emprego bem específico em termos semânticos e limitado a certas

⁴ Cf. Lopes, 1999, p.43.

⁵ Conforme Lopes, o paralelismo com P4 está relacionado às ocorrências de *a gente* com verbo na primeira pessoa do plural (P4). Conforme Omena (1998) uma vez escolhida a forma, essa escolha atua sobre o uso das formas subsequentes, até que um novo fator atue, provocando nova escolha. Ou seja, quando o falante utiliza como primeira referência a forma *a gente*, de acordo com o paralelismo pode-se esperar que a próxima referência será a forma *a gente*, e assim, sucessivamente.

construções sintáticas” (LOPES, 1993, p.73), como é o caso do pretérito perfeito do indicativo.

Lopes (1999) discute um princípio estudado por Labov em que o autor diz “que no processo de variação estável, as mulheres não poderiam simplesmente ser consideradas como conservadoras, mas percebe-se que preferem e utilizam as formas “padrão” de maior prestígio, evitando formas estigmatizadas”. Entretanto, nos processos de mudança linguística, ocorreria um fenômeno inverso, pois, nesse caso, as mulheres apresentam-se como inovadoras, introduzindo as variantes “não-padrão”. Deve-se considerar, no entanto, que o comportamento linguístico de homens e mulheres não é sempre o mesmo nas diferentes segmentações da sociedade, pois há de se considerar a “interação entre sexo e outras categorias sociais através de uma análise multivariacionista.” (LABOV 1990, *apud* Lopes, 1999, p.133)

A autora revela que, em todas as amostras apresentadas, as faixas etárias mais jovens aparecem com maiores índices de uso da forma *a gente*.

Lopes afirma ainda que a pronominalização do substantivo *gente* não foi um processo isolado, mas uma consequência de uma mudança encaixada linguística e socialmente. Há uma emergência gradativa de formas nominais de tratamento que passam a substituir o tratamento cortês universal do pronome *vós*, num primeiro momento, pela ascensão da nobreza e mais tarde da burguesia, que exigia um tratamento diferenciado. Essa propagação, que começa de *cima para baixo*, se dissemina pela comunidade como um todo, e as formas perdem sua concepção semântica inicial, gramaticalizando-se algumas de forma mais acelerada do que outras.

Diferentemente de Lopes (1999), este estudo não está voltado para a inserção de *a gente* no sistema pronominal. O foco aqui se volta para a distribuição social desse fenômeno, contrapondo os dados encontrados no sistema de possessivos. Apenas retoma-se a questão da saliência fônica e da referência, ampliando o leque de fatores sintáticos e sociais que serão discutidos em capítulos posteriores.

2.5 Maia (2003)

A autora investiga duas comunidades linguísticas mineiras, uma rural (Pombal/Mariana) e uma urbana (Belo Horizonte). Ela compara as duas e verifica se há um

processo de mudança e qual a sua força. A hipótese considerada por ela é a de que a variação entre o pronome *nós* e a forma *a gente* é mecânica.

O termo variação mecânica, segundo Maia, é retirado de Naro (1998). De acordo com Maia, o autor afirma que existem evidências, em quantidade suficiente, para comprovar que um bom número de fenômenos variáveis em português é de natureza funcional e que, nestes casos, a variante em questão é usada pelos falantes em certos contextos porque colabora para a transmissão de um determinado sentido em nível semântico discursivo. Entretanto, ainda, segundo Naro (1998) existiriam casos em que a variação seria tão somente mecânica, não acarretando qualquer efeito funcional, sendo que, em outros casos, os dois tipos estão em concorrência. (Maia, 2003, p.4)

Para testar tal hipótese, a autora selecionou as seguintes variáveis linguísticas:

1. Pessoa verbal
2. Tempo verbal
3. Referência [+/- Genérica]
4. Realização Fonológica da Desinência de Número e Pessoa
5. Saliência Fônica

E extralinguísticas:

1. Faixa Etária
2. Localização Geográfica

A partir dessas variáveis, Maia (2003, p.38) tenta responder as seguintes questões:

- Que fatores linguísticos e sociais estariam condicionando o uso das variantes *nós/a gente* no Português falado em Minas Gerais?
- Os dados configuram mudança ou variação estável?
- A implementação da forma *a gente* é anterior ao processo de “simplificação do paradigma verbal” ou é o seu gatilho?
- Qual a transição dessa mudança no sistema linguístico, se é que houve mudança?

E chega aos seguintes resultados:

Com relação ao primeiro fator estudado, a autora percebeu que o verbo na 3ª pessoa do singular e as formas nominais mostram-se mais favoráveis ao uso de *a gente*, o que seria indicativo de que a ausência de marcas morfológicas de pessoa favorece o uso dessa variante.

Ao testar a desinência número-pessoal, as porcentagens confirmaram que a desinência de 1ª pessoa do plural é um fator que favorece o uso do pronome *nós*. Com o morfema padrão

-mos, há 95% das ocorrências com a variante *nós* e 4% com a variante *a gente*, indicando que essa terminação favorece o uso do pronome *nós*. Com o morfema -moØ, há 96% das ocorrências com a variante *nós* e apenas 3% com a variante *a gente*. A terminação -ão mostrou favorecimento categórico em relação à forma *nós* (100%), como em:

(12) a- Quando tem também lá na vargem **nóis** vão.

Mesmo quando a desinência é *zero*, a porcentagem de *nós* é de (38%). Desse modo, os resultados evidenciam que a desinência se desfaz bem lentamente e que um vestígio mínimo de 1ª pessoa do plural é o bastante para favorecer a ocorrência do pronome *nós*.

De acordo com a autora, a variante *nós* mostra-se mais favorecida pelo tempo verbal [+ passado], com peso relativo (.63). Essa hipótese de que o tempo verbal favorece o uso do pronome *nós* corrobora com as conclusões de Naro, Goski & Fernandes (1999). A variante *a gente*, por sua vez, é favorecida pelo tempo verbal [- passado], peso relativo (.66), de aspecto indeterminado e duração limitada. Dessa forma, é plausível supor que os fatores tempo verbal e tipo de referência estão intrinsecamente relacionados, uma vez que a escolha do próprio tempo verbal é motivada pelo traço [+/- determinado] do evento narrado.

Para Maia (2003, p.67), os pesos relativos obtidos para faixa etária apresentam o perfil de mudança em progresso, verificando-se cruzamento no primeiro período. O comportamento dos jovens é levemente ascendente em relação ao uso da variante inovadora *a gente*. Maia conclui também que no dialeto mineiro a variante *nós* é conservadora.

Em minha pesquisa amplio as variáveis linguísticas estudadas por Maia e retomo a questão da saliência fônica, já que esta apresenta resultados contraditórios. Os fatores extralinguísticos são retomados e ampliados.

2.6 Zilles (2005)

A autora, em seu estudo, mostra as evidências que comprovam uma reorganização no sistema pronominal do português brasileiro. Para Zilles, um dos processos de reorganização resulta no uso do item nominal *a gente* em alternância com o pronome *nós*.

Zilles, citando Castilho (1997) e Kuteva (2002), afirma que a língua lança mão de nomes genéricos para pronomes pessoais. Palavras como *homem*, *pessoas* ou *pessoal*,

provavelmente por razões semânticas, são boas candidatas para se gramaticalizarem como pronomes indefinidos.

De acordo com Zilles, um caminho para se explicar a gramaticalização é considerar um continuum de mudanças que se definem como diferentes processos que afetam um item através do tempo. A ideia é de que a gramaticalização envolva mudanças interrelacionadas; uma forma não muda abruptamente de uma categoria para outra, mas passa por estágios graduais dentro da língua.

Para a autora, a mudança da forma *a gente* começa no século XVI com o declínio do uso de *homem* como expressão genérica ou indeterminada. De acordo com Lopes (1999), essa é uma das razões do aumento do uso da forma *a gente* no português brasileiro.

Segundo Zilles, o surgimento de *a gente* representa um novo ciclo no processo de gramaticalização. O que se viu é que o processo de gramaticalização da forma *a gente* foi lento e gradual, passando por um estágio intermediário em que o nome *gente* perdeu seu traço sintático de [+ plural], cristalizando-se como artigo definido + nome com interpretação semântica coletiva e genérica.

A autora cita os estudos de Lopes (1999) e Menón (1996), que identificam um outro aspecto a ser levado em conta no processo de gramaticalização da forma *a gente*: a mudança no paradigma verbal.

Para Zilles, essas observações mostram que a forma *a gente* está adquirindo propriedades semânticas de pronome pessoal apoiada em um processo de gramaticalização. Paralelamente ao surgimento da forma *a gente*, houve o surgimento da forma *você*, que trouxe um grande impacto na concordância sujeito – verbo. Segundo Zilles, a perda progressiva da 2ª pessoa do singular em favor da 3ª pessoa e a integração da forma *a gente* trouxeram consequências para o sistema verbal e pronominal.

Para a autora, essas mudanças acarretam redução da morfologia verbal. De um sistema com seis pessoas do discurso, o falante passa a utilizar apenas três. De acordo com o quadro abaixo:

(continua)

	Sistema pronominal antigo	Concordância	Sistema pronominal em uso	Concordância
P1	Eu	cantO	Eu	cantO
P2	Tu	CantaS	Você/Tu	cantaØ
P3	Ele/ela	cantaØ	Ele/ela	cantaØ

P4	Nós	cantaMOS	Nós/ A gente	cantaØ
P5	Vós	cantaIS	Vocês	cantaM
P6	Eles/elas	cantaM	Eles/elas	cantaM

Quadro 1: Paradigma pronominal para posição de sujeito com as formas verbais correspondentes do português
Fonte: Zilles (2005)

A autora, em seu estudo, identifica duas mudanças específicas na gramaticalização da forma *a gente*. Para ela, a primeira mudança está na recategorização dessa forma enquanto um pronome pessoal, que pode ser descrito em termos de uma regra variável, na alternância com *nós*.

Um segundo processo envolve uma redução fonológica no elemento gramaticalizado, que pode ser analisado como uma alternância entre *a gente* e *a 'ente*, com a deleção da fricativa. Um outro ponto considerado pela autora é a redução fonológica da forma *você* (*vossa mercê*), que apresenta duas variantes, *ocê* e *cê*. De acordo com a autora, essa redução só acontece na posição de sujeito, embora *ocê* possa ser combinado com uma preposição. A forma que aparece na posição de objeto pode em alguns casos vir sem a redução fonológica. Para a autora, a redução fonológica das formas *a gente* e *você* parece ser uma reorganização da gramática.

Zilles busca na literatura recente fatos que comprovam que a forma *a gente* seja uma mudança em progresso. Ela cita Lopes (1999), Borges (2001) e Omena (1996), que em seus estudos afirmam que a aceleração da mudança coincide com uma substancial transformação no Brasil, que afeta a demografia, a geografia e a estrutura socioeconômica do país. Além de a mudança ser considerada pela autora como em progresso, ela, com base nos estudos de Omena (1996b) e Schmitz (1973), considera que a forma *a gente* tem origem popular. Essa origem pode ser justificada pelo uso da variável *a gente* associada às pessoas de classe social baixa.

Na análise conduzida pela autora, a concordância verbal é um fator relevante. Os resultados mostram que a forma *a gente* é usada categoricamente com o verbo na 3ª pessoa do singular, o que indica um avanço de 69% no uso desta forma, deixando clara a redução do uso do pronome *nós* como 1ª pessoa do plural com a flexão verbal.

Um outro fator encontrado por Zilles é a ordem de aparecimento do sujeito. A forma *a gente* é mais facilmente associada à ordem sujeito – verbo, do que com a ordem verbo – sujeito.

A autora mostra que há uma tendência na repetição da forma *a gente* em construções subordinadas.

A análise social mostrou que a variável está em progresso, levada pelos falantes do sexo feminino e por falantes mais jovens, e que não há um aumento expressivo por indivíduo, mas há uma mudança geracional.

Neste estudo, retomo as questões relacionadas às construções subordinadas, tempo verbal e amplio o leque de fatores com a desinência número-pessoal.

Na delimitação do problema foram levantados os trabalhos relacionados à alternância entre *nós* e *a gente* buscando bases teóricas para a análise que se dará nesta pesquisa. É de suma importância uma revisão bibliográfica para que se possa identificar uma variação ou até mesmo uma possível mudança. No próximo capítulo serão resenhados os trabalhos pertinentes à alternância entre *seu* e *dele* na 3ª pessoa.

3 A ALTERNÂNCIA ENTRE *SEU* E *DELE* NO PORTUGUÊS

Os trabalhos que serão resenhados aqui tratam da variação existente nos pronomes possessivos de 3ª pessoa do singular e do plural. Alguns dos pesquisadores que estudaram essa variação foram: Perini (1985), Cerqueira (1993), Silva (1999) e Neves (2002). O meu objetivo, ao selecionar esses trabalhos, é mostrar que hipóteses já foram levantadas para o tratamento dessa variação.

3.1 Perini (1985)

Perini, no artigo intitulado “O surgimento do sistema de possessivo do português coloquial: uma interpretação funcional”, afirma que a linguagem é “funcional” na medida em que se estrutura de maneira a responder as necessidades ditadas por suas funções comunicativas. O autor levanta a hipótese de que a organização dos sintagmas possessivos do português brasileiro atual é largamente determinada pelas necessidades de comunicação.

Para Perini (1985, p.3), “duas grandes forças atuam dentro da mudança linguística diacrônica; a tendência em direção a uma estrutura linguística mais simples e a tendência em direção a uma estrutura linguística que seja mais fácil de usar”.

O *corpus* utilizado pelo autor é dos dialetos do português brasileiro padrão e o português brasileiro coloquial.

O sistema de possessivo padrão é o seguinte:

1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa
(sg) meu	seu	seu
(pl) nosso	seu	seu

E passou a ser utilizado assim:

1ª pessoa	2ª pessoa	3ª pessoa
(sg) meu	seu	dele
(pl) nosso/ <i>da gente</i>	de vocês	deles

A forma *da gente* foi incluída neste quadro por ser uma reestruturação que o sistema de possessivo vem sofrendo.

Segundo Perini, houve uma adequação da língua no sentido de tirar a ambiguidade do pronome *seu*, permitindo que a mesma se especializasse como a forma possessiva *de você*.

Para ele, esse sistema é curioso, “não apenas por incluir formas sintéticas (pronomes possessivos) ao lado de analíticas (*de + N*), mas também porque a concordância de gênero acaba sendo efetuada de duas maneiras diferentes” (PERINI, 1985, p.5).

De acordo com Perini, os pronomes têm formas masculinas e femininas, que concordam com o gênero do nome núcleo da construção: *meu carro*, *sua bicicleta*, *nosso carro*. Agora as formas (*de + N*) concordam com o possuidor, e não com o núcleo da construção: *carro dele*, *bicicleta dele*, *carro dela* (é óbvio que isso não se verifica com *você(s)*, que não varia em gênero). Os dois tipos de concordância são correntes em português; o estranho é encontrar ambos dentro do mesmo paradigma semântico (sintagmas possessivos).

Para tentar esboçar uma explicação para tal fenômeno, o autor levanta algumas questões:

- Por que o pronome *seu* não manteve seus diversos sentidos (isto é, por que o quadro 2 não permaneceu válido para o português coloquial)?
- Por que os pronomes *meu* e *nosso* não foram também substituídos por construções do tipo (*de + N*)⁶?
- Por que o pronome *seu* foi mantido em um de seus sentidos e não foi substituído por (**de você*)?
- Por que o pronome *seu* foi mantido em seu sentido de 2ª pessoa do singular, antes que no de 3ª do singular, 2ª do plural ou 3ª do plural?

Tentando responder as questões, o autor formula dois princípios:

Princípio Um

Dentro do sistema de possessivos, formas ambíguas devem ser evitadas.

Princípio Dois

Quando um sistema é alterado para atender ao Princípio um, só se admitem alterações mínimas.

Perini (1985, p.8) diz que:

⁶ O pronome *nosso*, em alguns dialetos, já está sendo substituído pela construção do tipo (*de + N*) *da gente*; resta-nos saber se acontecerá o mesmo com a 1ª pessoa do singular.

pode-se encarar o Princípio um como representando as exigências da comunicação, forçando o sistema a adaptar-se, e o Princípio dois como a inércia do sistema, resistindo à mudança o quanto possível. Uma característica interessante do Princípio dois é que ele trabalha contra a tendência à simetria estrutural que é considerada tradicionalmente como uma das forças motrizes da mudança diacrônica.

Ao testar suas hipóteses, o autor verifica a necessidade de reformular o Princípio um:

Princípio Um (revisto)

A ambiguidade deve ser evitada sempre que impedir a recuperação da pessoa gramatical referida.

A partir do Princípio reformulado, o autor levanta outra questão:

- Por que o pronome *seu* não manteve seus diversos sentidos?

Agora podemos dizer que o Princípio um impediria a existência de um possessivo cuja pessoa gramatical não se pode recuperar sem ambiguidade.

- Por que os pronomes *meu* e *nosso* não foram também substituídos por construções do tipo *de + N*?

De acordo com o autor, o Princípio dois estabelece que só se façam alterações mínimas, de modo que apenas os casos ambíguos sejam substituídos por construções *de + N*. Como foi exposto acima, no caso do pronome de 1ª pessoa do singular, talvez a regra se aplique, já que a língua tratou de responder o caso da 1ª pessoa do plural.

- Por que o pronome *seu* foi mantido em um de seus sentidos e não foi substituído por (*de você)?

Para Perini, se admitirmos que cada pronome pessoal seja codificado como um item individual no léxico, em particular, *você* e *vocês* são dois itens lexicais distintos. Então é fácil mostrar porque o pronome *seu* permanece em um de seus significados. A maneira mais econômica de evitar que os pronomes *você*, *vocês*, *ele* e *eles* se transformem todos no pronome *seu* em construções possessivas é desmarcar todos menos um deles, de maneira que deixem de ser exceções e formem seus possessivos da maneira geral, através de uma construção *de + N*. Como não é preciso que todos eles sejam desmarcados, o Princípio dois nos força a deixar marcado um deles. Por isso o pronome de tratamento *você* continua sendo uma exceção (continua marcado, e sua forma possessiva permanece com o pronome *seu*, em lugar do regular **de você*).

- Por que o pronome *seu* foi mantido em seu sentido de 2ª pessoa do singular, antes que no de 3ª do singular, 2ª do plural ou 3ª do plural?

De acordo com o autor, ainda não há uma resposta positiva a respeito dessa questão. Ele considera que um fator que poderá ser relevante é algum tipo de hierarquia de marcação (*markedness*), mas outras investidas serão ainda necessárias para que realmente seja esboçada alguma teoria que explique tal fenômeno.

O trabalho de Perini se torna importante à medida que mostra que é possível perceber como a língua é dinâmica. Esse dinamismo da língua é comprovado pela mudança no sistema de possessivo da 1ª pessoa do plural *da gente* ao invés de *nosso*.

Em minha pesquisa retomo como fator estrutural o gênero e o número do possuidor. Não será possível fazer uma análise da alternância entre o pronome *nosso* e a forma inovadora *da gente* por não haver um número suficiente de dados nesta pesquisa para a análise estatística. A seguir apresento o trabalho de Cerqueira (1993).

3.2 Cerqueira (1993)

Cerqueira inicia seu artigo identificando as duas possibilidades de indicação de posse do português brasileiro. Como por exemplo:

- (13) a- João gosta do *seu* pai.
b- João gosta do pai *dele*.

Para Cerqueira, tem-se atribuído a essa mudança a inserção da forma *você* no quadro pronominal. O autor afirma que uma consequência imediata do uso dessas duas formas de indicação de posse está relacionada ao sintagma nominal, que apresenta em sua estrutura – S duas configurações distintas em função da presença de uma ou de outra forma. Com o pronome possessivo, tem uma ramificação para a esquerda do nome ([poss[nome]]); com a forma genitiva (*dele*), essa ramificação se dá à direita do nome ([Nome[de +NP]]). Para o autor, diferentes condições de licenciamento devem estar envolvidas na garantia da legitimidade desses dois padrões formais.

Segundo Cerqueira (1993, p.132), uma condição de licenciamento que pode estar diretamente relacionada com o novo padrão de possessivo é o elemento AGR. Para o autor, esse elemento é uma coleção de traços (gênero, número e pessoa) comuns aos sistemas de concordância de sujeito e objeto. Quando recebem representação fonética, esses traços podem

se manifestar, por exemplo, como afixos verbais, identificando as pessoas gramaticais. No português brasileiro existiam seis pessoais gramaticais. Essa riqueza morfológica tem sido associada à possibilidade de não-lexicalização do sujeito (fenômeno *pro drop*) sem perda da informação da pessoa gramatical referida.

De acordo com Cerqueira, a partir do momento em que os pronomes *você/vocês* passam a ocupar o lugar de *tu/vós*, registra-se um empobrecimento das formas verbais, que perdem elementos mórficos e tornam-se indiferenciadas quanto à pessoa. De acordo com o autor, a diferenciação dos grupos P2 e P3 (canta) e P5 e P6 (cantam) não se dá mais pela oposição entre pessoa gramatical, mas em virtude da oposição singular/plural; o par P2-P3 é singular e o par P5-P6 é plural.

Para Cerqueira (1993, p.137), a modificação do quadro da morfologia verbal, na verdade, já avançou, como se depreende da introdução do sintagma *a gente*, que se lexicaliza (em lugar do pronome *nós*), associando-se à 1ª pessoa do plural, e da introdução (registro mais popular) do sintagma *o pessoal*, que se lexicaliza (em lugar de *eles*) associando-se à 3ª pessoa do plural no novo quadro, deixando de lado a 1ª pessoa do singular do presente do indicativo; apenas a 2ª pessoa do plural apresenta uma marca que a diferencia das demais.

A distinção singular/plural, como se nota, deixa de apoiar-se em elementos flexionais e passa a depender quase inteiramente da presença de um sujeito lexicalizado. O traço [+ número] do núcleo de AGR sofre o mesmo processo de desaparecimento que se observa para o da pessoa.

Cerqueira relaciona o traço de pessoa do sistema de concordância do português com as modificações exibidas no sistema de possessivo.

O autor retoma o exemplo (13) para dizer que a proposta de explicação para o aumento da ocorrência de indicação de posse por meio da forma *dele*, como apresentado em (13b), em lugar do uso do pronome *seu*, como apresentado em (13a), baseia-se no enfraquecimento da categoria AGR no português brasileiro.

Conforme Cerqueira, o traço [+ pessoa] é o elemento básico na geração de uma ou de outra estrutura; é a alteração no conjunto das especificações relativas a esse traço que vai levar à possibilidade de uma das formas no exemplo 13. Na perspectiva adotada por Cerqueira, a forma *seu*, como em (13a), só será possível se AGR for suficiente especificado para pessoa; de outro modo, a forma *dele*, como em (13b), será a única autorizada.

Segundo Cerqueira, perdidas as marcas morfofonológicas que garantiam a identificação de referência à segunda ou à terceira pessoa, tem-se recorrentemente a presença da ambiguidade quando a forma *seu* está em jogo. A identificação da pessoa gramatical do

antecedente da forma possessiva, que antes poderia dar-se internamente à frase mediante certas características mórficas inerentes aos possessivos, agora vai depender de elementos do contexto linguístico ou extralinguístico.

Cerqueira (1993, p.151) diz que:

A especificação de traço [+ pessoa] em AGR no português brasileiro contemporâneo parece ter-se reduzido à primeira e à segunda pessoas do discurso, ou seja, o sistema opera agora com duas distinções, quando antes exibía um conjunto de 5 (meu, teu, seu, nosso, vosso e seu – P3 e P6 sempre foram indiferenciadas). Como a legitimação da forma possessiva depende da identificação da pessoa gramatical que a ela está associada, apenas dois itens possessivos podem ocorrer legitimamente.

Considerando o que se observou com referência ao par *seu/dele*, pode-se pensar que a mudança no uso dessas formas exemplifica um passo dado pela língua. Em função desse processo de perda da especificação da pessoa gramatical, o núcleo AGR vai se tornar incapaz de estabelecer uma relação própria com o seu especificador, não podendo atribuir *caso* a essa posição, o que ocasiona a impossibilidade de legitimar os pronomes possessivos, à exceção das formas de 1ª pessoa (*meu*) e de 2ª pessoa (*seu*), nessa posição.

A partir do trabalho de Cerqueira, selecionei o fator ambiguidade do pronome possessivo para verificar se essa hipótese se confirma no dialeto de Belo Horizonte. O próximo trabalho a ser resenhado é de Silva (1998).

3.3 Silva (1998)

No capítulo 7 do livro *Padrões sociolinguísticos*, Silva analisa a forma *seu* e sua variante *dele* no português do Rio de Janeiro. Para ela, a introdução da forma *você* por volta do século XVIII fez com que o sistema pronominal do português se alterasse. O que era assim:

	Pessoal	Possessivo
1ª Pessoa Semântica e morfológica	eu	meu
2ª Pessoa Semântica e morfológica	tu	teu

3ª Pessoa Semântica e morfológica	ele	seu
-----------------------------------	-----	-----

Passou a ser:

1ª Pessoa Semântica e morfológica	eu	meu
-----------------------------------	----	-----

2ª Pessoa Semântica e morfológica	tu	teu
-----------------------------------	----	-----

2ª Pessoa Semântica e 3ª morfológica	você	seu
--------------------------------------	------	-----

3ª Pessoa Semântica e morfológica	ele	seu
-----------------------------------	-----	-----

Dessa forma, a introdução da forma *você* ficou ao lado do pronome *tu*, que, em algumas regiões, como em Belo Horizonte, passa-se a não utilizar mais. Segundo a autora, pela norma, a forma *você* concorda morfolologicamente com a 3ª pessoa gramatical, enquanto o pronome *tu* tem morfema especial de 2ª pessoa. Há aí uma mistura de morfemas para a 2ª pessoa. Junto com os sujeitos, houve a modificação dos possessivos. Isto é, a forma *você*, de 3ª pessoa morfológica (e 2ª semântica), tem como possessivo a forma *seu*. Mas este último é teoricamente, pela norma, o possessivo correspondente à 3ª pessoa semântica (ele/ela). Vê-se que a forma *seu* ficou ambígua.

Para resolver essa ambiguidade, Silva cita algumas estratégias que os falantes utilizam. A primeira delas é a mistura de tratamento, muito condenada pelas gramáticas. Essa estratégia consiste em utilizar o sujeito *você*, porém acompanhado dos casos objetos e possessivos de 2ª pessoa gramatical (*te*, *teu*). Por exemplo, pela Norma Gramatical:

(14) a- Você quer que João o veja amanhã no *seu* apartamento?

normalmente se usa

b- Você quer que João *te* veja amanhã no *seu* apartamento?

Outra estratégia citada por Silva é a utilização do genitivo *dele*, que toma cada vez mais o lugar do pronome *seu* na 3ª pessoa semântica, principalmente na língua oral. Na

pesquisa anterior a esta, a autora encontrou como fator categórico a generalidade do possuidor, quando então era sempre usada a forma *seu* como em:

- (15) Todos vão para *seus* lugares.

em contraste com possuidor específico como em:

- (16) João vai para o lugar *dele*.

Além do fator generalidade, a autora encontrou outras variáveis como:

Possuidor [+ animado] vs [– animado], como em:

- (17) O mecânico e as válvulas *dele*.

contrastando com:

- (18) O coração e suas válvulas.

O fator [+ animado] favorece a forma *dele* e o [– animado] favorece a forma *seu*.

Para analisar o fator ambiguidade, a autora selecionou três fatores:

Não-ambíguo, referindo-se àqueles casos em que o possessivo torna-se não-ambíguo pelo contexto linguístico. Temos assim:

- (19) Este rapaz não está em seu juízo perfeito.

Ninguém pode estar no juízo de outrem.

Muito ambíguo, referindo-se àqueles casos em que a ambiguidade é grande, desfazendo-se dificilmente ou até mesmo não se desfazendo. Temos assim:

- (20) Ele continua insistindo que raptaram o seu pai.

Neste caso a forma *seu* pode se referir a *ele* ou a *você*.

Pouco ambíguo, referindo-se àqueles casos em que o contexto extralinguístico desfaz a ambiguidade.

(21) Ouçam: a sua língua deve ser a música (Falando-se de marcianos).

No estudo conduzido por Silva, o uso da forma *dele* na escrita tinha peso relativo de (.11). Já na fala esse uso aumentava para (.89). Para a autora, a enorme diferença entre oral e escrito é causada pelo fato de a língua escrita não envolver o leitor, eliminando automaticamente, pois a ambiguidade entre a segunda e a terceira pessoas.

Na pesquisa de 1982, Silva percebeu que estava aumentando o número de casos em que a forma *dele* era a privilegiada. Nessa pesquisa, o aumento foi significativo e a explicação para esse aumento é a influência cada vez maior dos meios de comunicação oral e menor influência da língua escrita e, conseqüentemente, menor contato do falante com a forma *seu* de terceira pessoa, parecendo assim a forma *dele* cada vez mais natural ao falante. Para verificar tal hipótese, Silva examinou telenovela do horário nobre da emissora de maior audiência e constatou que a forma *seu* não chega a 1%.

Nessa pesquisa, Silva examinou também o fator generalidade, que era categórico na pesquisa anterior. Nele, ela considerou como geral os possuidores *todos* e *alguém* ou os que se iniciassem por: *todo*, *cada* ou *qualquer*.

Houve uma gradação entre os casos totalmente gerais (ou indefinidos), categoricamente relacionados à forma *seu* e os completamente definidos e específicos que, pelo contrário, propiciam drasticamente a forma *dele*.

Os fatores não-estruturais que, para Silva, mostraram-se determinantes foram: escolarização, sexo e idade. Segundo Silva, a escolarização influi no emprego mais frequente da forma padrão. Analisando escolarização e sexo em todos os níveis, as mulheres usam mais a forma de prestígio do que os homens. A idade influencia a utilização da forma *seu*, sendo a forma *dele* mais utilizada pelos mais jovens. Para esse fenômeno, apenas a sensibilidade linguística e a renda influenciaram na utilização da norma.

Para Silva, é irreversível a modificação do sistema pronominal. E demonstra-se totalmente enterrada a forma *seu* na língua oral para a terceira pessoa, exceto em casos de possuidores gerais, reservando-se a forma *seu* para a segunda pessoa semântica.

Seguindo algumas considerações de Silva, selecionei os fatores [+/- genérico], [+/- animado], [+/- ambíguo] para verificar se esses fatores são relevantes para as variações existentes no português de Belo Horizonte.

O próximo trabalho a ser resenhado faz parte da coletânea *Gramática do português falado*, volume III, organizado por Ataliba Teixeira de Castilho. O texto é de Maria Helena de Moura Neves, que faz algumas considerações importantes para o estudos dos pronomes possessivos.

3.4 Neves (2002)

Neste texto, Neves faz um apanhado de todos os fatores que possam determinar a utilização dos possessivos no português brasileiro.

Segundo Neves (2002, p.149),

os chamados *pronomes possessivos* vêm sendo tradicionalmente conceituados como os elementos que indicam relação de posse entre um “possuidor” e um “possuído”. Intui-se, por vezes, que só num sentido muito amplo se possa considerar que tais termos nomeiem a verdadeira relação que entre esses elementos o chamado *possessivo* estabelece.

Para Neves, enquanto o “possuído” é sempre de 3ª pessoa (substantivo), o “possuidor” pode ser de quaisquer pessoas do discurso. Desse modo, toda relação possessiva se dá entre *pessoas* do discurso (incluindo-se aí a chamada não-pessoa, 3ª, que é não-falante e não-ouvinte), assim configurando-se como *bipessoal* (Neves, 1987, p.171). Conforme a autora exemplos como:

(22) a) O Flávio Cavalcante talvez com todas as *suas* desgraças.

b) nós estamos vivendo ainda um problema, então torna-se um pouco difícil a *sua* análise.

Não produzem uma relação de posse o que comprova a relação *bipessoal* das formas.

De acordo com Neves, estabelecido que o “possessivo” indica uma relação *bipessoal*, admite-se o caráter fórico da relação por ele indicada. Na verdade, a escolha das pessoas gramaticais no enunciado, ligada a uma conjunção entre a situação comunicativa e a escolha dos sujeitos oracionais, responde, na esfera dos participantes, pela manifestação das coordenadas da enunciação. Dentro dessas coordenadas, embora possa também a 3ª pessoa estar presente na situação de discurso, apenas a referência de 1ª e 2ª pessoa é, necessariamente, uma referência para fora do enunciado (exofórica, nos termos de HALLIDAY & HASAN, 1976).

Para Neves, em outras situações que não a de discurso reportado, o possessivo de 1ª e 2ª pessoas não tem recuperação anafórica, mesmo que ocorram precedentemente pronomes que registrem a instanciación dessas pessoas.

Conforme Neves (2002, p.152), a relação chamada possessiva constitui uma relação pessoal que, no grupo nominal (GN), se estabelece entre o núcleo (isto é, um nome) e outra pessoa à qual se refere o elemento possessivo. Esse elemento instrui a recuperação dessa pessoa, seja no texto, seja na situação, como em:

(23) a- “então da *sua* renda anual que é catorze mil e quatrocentos... as pessoas retêm um vinte e quatro avos”.

b- “os indivíduos procuram levar (..) adiante .. *suas* melhores ou *suas* .. mais justas reivindicações”.

Segundo Neves, o exame das diversas ocorrências mostrou que nem sempre os grupos *de* + *nome*/pronome pessoal são equivalentes de um pronome possessivo e são com ele livremente intercambiáveis, do ponto de vista da expressão da relação possessiva, como em 24:

(24) a- “este ponto de vista foi:: alcançado .. através de reflexões comuns.. não apenas *minha e dele* .. mas *minha dele dos alunos dos demais profissionais que::* conosco trabalham”.

É possível observar que a forma *dele* no exemplo (24), não pode ser substituída por um pronome possessivo e nem traz uma informação de posse.

Neves verificou a possível relação entre as duas diferentes expressões possessivas de 3ª pessoa e as diferenças no caráter do nome do possuidor, especificamente no que se refere [+/- animado] do nome.

Segundo Neves (2002, p.159), os resultados revelaram que as ocorrências (15 *seu* e 34 *dele*) se referem ao possuidor + humano; a análise indicou que os possessivos de 3ª pessoa são usados maciçamente com possuidor + humano e que, com esse tipo de possuidor, há preferência pela forma *dele*.

Para Neves (2002, p.159), a forma *dele* oferece-se, obviamente, como mais explícita do que o pronome possessivo, já que exhibe o gênero e o número do “possuidor”, fornecendo instrução mais específica para sua recuperação, ou encarecendo a informação de que o gênero e/ou número do “possuidor” são pertinentes.

Neves (2002, p.159) diz que “a ausência do referente textual no mesmo turno em que ocorre a forma possessiva, e a distância entre a forma possessiva e o referente textual, podem, em outros casos, explicar a opção por essa forma que traz maiores informações para referenciação”.

Para a autora, não se pode afirmar que o uso de *de + ele* responda sempre a uma necessidade de se obter maior especificação, ou mesmo de se fugir à ambiguidade. Em muitos casos em que se registra o emprego desse tipo de sintagma, seria indiferente, para a recuperação da informação, o uso do pronome possessivo.

Neves (2002, p.160) observa a restrição ao uso da forma *dele* motivada exatamente pelo fato de essa forma explicitar o gênero e o número do “possuidor”; o uso do antecedente *tudo* (neutro) repele uma retomada por uma referência que explicita ser o “possuidor” masculino ou feminino.

Mostraram-se contextos preferenciais para o uso do pronome possessivo os sintagmas anafóricos que ocorrem imediatamente após o item que deve ser retomado como “possuidor”.

Apareceram, em geral, como contextos preferenciais para *seu*, os sintagmas iniciados pela preposição *em*. Em todo o *corpus* mínimo houve 14 casos com *seu* e apenas 3 com *dele*.

De acordo com Neves, a primeira consideração desse trabalho questionava a atribuição da noção de *posse* a toda e qualquer relação estabelecida entre os chamados *possessivos* e os nomes com os quais esses elementos constroem um SN. A partir daí, verificou-se que o chamado *possuidor* não necessariamente *possui* e que o chamado *possuído* não necessariamente *é possuído* (isto é, não necessariamente alguém tem sua posse).

Indicou-se simplesmente como *bipessoal* a relação que entre *possuidor* e *possuído* se estabelece, ficando por verificar a natureza semântica dessa relação.

Para Neves, do ponto de vista funcional verificou-se a ocorrência de possessivos apenas no interior de GN, sendo zero a ocorrência de possessivo ligado ao nome por verbo copulativo. A função atributiva ficou restrita à posposição do possessivo ao nome.

Segundo Neves, do ponto de vista da distribuição no GN, as duas diferentes formas de expressão da possessividade apresentam características particulares, tendo ocorrido a forma *de + ele* apenas posposta e a forma pronominal possessiva em ambas as posições, e com variados graus de distanciamento do núcleo nominal. Verificou-se a condição de determinante que o pronome adjetivo possessivo possui quando colocado à esquerda do nome, bem como a possibilidade de sobredeterminação do GN possessivizado, pelo artigo, pelo demonstrativo ou por indefinidos e numerais. Verificou-se, ainda, a possibilidade de apagamento do núcleo do GN possessivizado (“pronome substantivo possessivo”). Também aqui se verificou a grande

predominância da recuperação anafórica, com diferentes graus de afastamento do nome a ser recuperado.

Conforme Neves, do ponto de vista sintático-semântico, verificou-se a natureza argumental das relações que os possessivos contraem com os núcleos nominais valenciais (substantivo ou, mais raramente, adjetivo). Detectaram-se, assim, matrizes construcionais com P nominal e A possessivo (com possibilidade de ocorrência de outro A, não possessivo), das quais decorre uma gama muito variada de efeitos semânticos particulares, o que garante para os chamados “possessivos” uma descrição semântica muito mais complexa do que aquela que a tradição expõe. Desse modo, a expressão de *posse* fica restrita aos casos de ocorrência de pronome possessivo com nomes sintaticamente *avalentes* e semanticamente não-relativos (de significado fechado em si mesmo). Isso significa que, como em muitos outros casos da denominação gramatical tradicional, o nome da (sub)classe não pode ser entendido como orientador na determinação das suas propriedades.

A partir do que Neves (2002) propõe, foram selecionados os seguintes fatores para teste:

- Função sintática do núcleo;
- Verbos copulativos;
- Núcleo (+/–) animado;
- Generalidade do núcleo;
- Distância do possessivo em relação ao referente.

Na pesquisa de Neves, os verbos copulativos não foram relevantes. Já os fatores função sintática do núcleo, núcleo (+/–) animado, generalidade do núcleo e distância do possessivo se mostraram relevantes. Veremos como esses fatores se comportam no dialeto de Belo Horizonte.

4 METODOLOGIA

4.1 O Contexto Social

Este capítulo traça o perfil sócio-histórico da cidade de Belo Horizonte, tentando mostrar quais as características encontradas nesse perfil que consolidam o português falado na capital de Minas Gerais. Faz-se importante um esboço de descrição sócio-histórica da cidade para que possamos traçar as variáveis de ordem não-estrutural que estejam influenciando na variação dos fenômenos estudados.

Terminava o século XIX. Belo Horizonte era o sucesso de um projeto político que demarcava para Minas Gerais o espaço urbano da nova ordem: a sede político-administrativa das elites republicanas, o marco de superação das rivalidades regionais, das disputas ideológicas e o centro de aglutinação das forças políticas do estado.

O poder público foi determinante nessa configuração urbana ainda na fase de estudo do projeto. O engenheiro Aarão Reis concebia a nova capital nos padrões da época, procurando adequar a mentalidade modernizante do corpo técnico à vontade política de estabelecer um novo ambiente para o exercício do poder.

O projeto da capital foi inspirado na cidade de Paris. Na reforma de Paris, em meados do século XIX, Eugene Haussmann tentou a abertura de um anel interligando a área de ocupação mais antiga àquela mais atual periférica. Esse anel, idealizado pelo engenheiro francês, foi um dos elementos marcantes na construção da nova capital, definido pela Avenida do Contorno e possibilitando a criação de três zonas: urbana, suburbana e rural. A urbana recebeu um planejamento rigoroso, com dois aspectos fundamentais: higiene e circulação. O seu traçado ortogonal, sobreposto pelas avenidas em diagonal, pode ser entendido sob esses dois aspectos.

A ocupação da capital, dar-se-ia ao eixo norte/sul, do centro para a periferia. Para os primeiros habitantes foi destinada uma faixa da Lagoinha até a Serra, com quatro áreas prioritárias.

Na análise desse período inicial constatou-se que a questão dos transportes coletivos estava condicionada a formas excludentes na ocupação sócio-espacial. Além do bairro Funcionários, previsto em planta para abrigar servidores públicos e elites político-

administrativas, as primeiras áreas ocupadas tornavam-se favelas, como a do Alto da Estação (hoje Floresta) e a do Córrego do Leitão (hoje Barro Preto), devido à falta de moradia para as classes trabalhadoras.

Outras áreas suburbanas e rurais foram ocupadas concomitantemente à construção da cidade e ao assentamento da população na zona central. Em 1894, a primeira leva de imigrantes italianos foi alojada na Fazenda do Barreiro, onde deveria ser criado um núcleo agrícola.

Em 1896 criaram-se mais dois núcleos agrícolas: Carlos Prates e o Córrego da Mata (hoje Santa Tereza), em 1899 outros três: Cruzeiro, Santo Antônio e Mangabeiras.

Em 1909 houve o reconhecimento formal do Barro Preto, a mudança de atitude da administração era justificável. Isolado do resto da cidade nos primeiros anos do século XX, em função de uma nova área comercial-industrial que se estendia na direção oeste, ao longo do rio Arrudas, o Barro Preto despertou o interesse de grupos econômicos em manter a mão-de-obra reserva na região. Pequenas lojas de artesãos, armazéns e curtumes e algumas poucas fábricas têxteis relativamente grandes seguiam o Arrudas na direção do perímetro da zona urbana e do Barro Preto.

A localização estratégica do Barro Preto encorajou os empresários das indústrias têxteis a exigir do prefeito a doação de títulos de propriedade para esses trabalhadores a fim de dar certa estabilidade à força de trabalho da cidade.

Nesse contexto, foi criada a zona industrial do Barro Preto. Muitos estabelecimentos se instalaram ali, embora o local não comportasse indústrias pesadas. O problema foi resolvido com a criação da cidade industrial de Contagem, em 1941.

A abertura de grandes eixos no tecido urbano a partir dos anos 30 e 40, como a Avenida Amazonas e a Avenida Antônio Carlos, contribuíram para a ocupação oeste e norte da cidade.

Consolidados os setores industriais e de serviços, Belo Horizonte assiste, a partir dos anos 50, a um grande êxodo rural em Minas Gerais, quando a população da cidade dobra de tamanho, passando de 350 mil para 700 mil.

As formações de distritos industriais e de cidades-dormitório nos municípios vizinhos iriam constituir a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Nos anos 60 a cidade passou por um processo acelerado de crescimento urbano. Atendendo a lógica do desenvolvimento, o aumento populacional ocorreu, sobretudo, na década de 70. Com um milhão de habitantes, Belo Horizonte crescia de modo desordenado,

expandindo-se a municípios vizinhos. Atualmente a cidade abriga 2.412.937 habitantes, como pode ser constatado pelo gráfico a seguir:

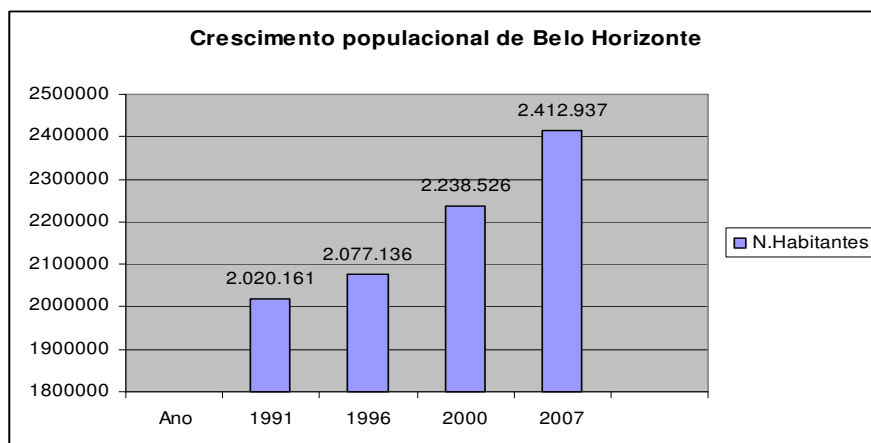


Gráfico 1: Crescimento populacional de Belo Horizonte
Fonte: CENSO IBGE 2000

Dados divulgados pelo IBGE no último censo demográfico mostram a distribuição da população belo-horizontina quanto ao sexo, faixa etária e escolaridade. Quanto ao sexo, a capital tem sua população distribuída de maneira semelhante à média nacional. Dos mais de 2 milhões de habitantes, cerca de 52% dos residentes no município são mulheres e 48% homens.

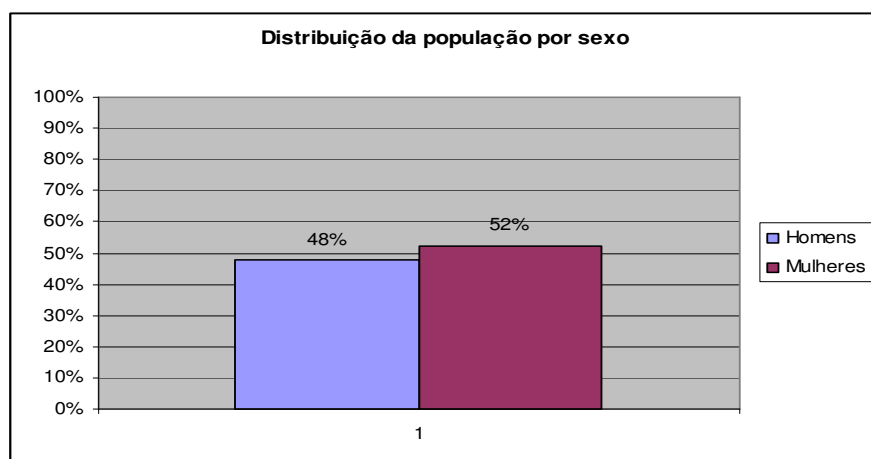
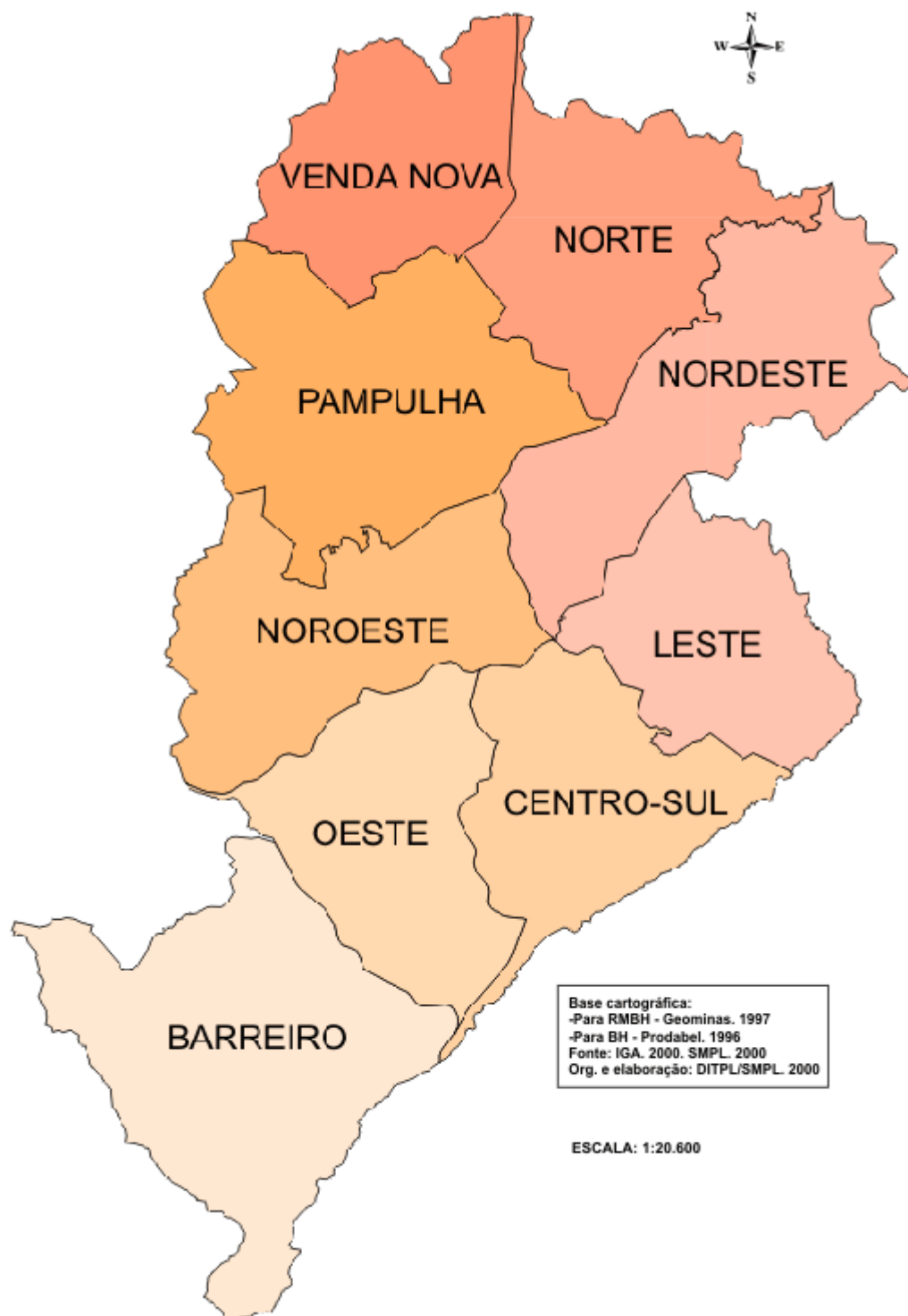


Gráfico 2: Distribuição da população por sexo
Fonte: CENSO IBGE 2000

De acordo com o instituto de pesquisa, 100% dos moradores se encontravam na data da pesquisa vivendo em áreas urbanas, distribuídos pelas 9 regionais que correspondem aos 331 quilômetros quadrados de área total da cidade.



Mapa 1: Belo Horizonte (PBH / ESTATÍSTICAS E MAPAS / SÍNTESE DE INDICADORES)
 Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte

Quanto à faixa etária, o grupo etário com maior representatividade é composto por pessoas entre 25 e 59 anos, que correspondem a 46,3% do total. Em seguida aparece o grupo de jovens entre 18 e 24 anos, que corresponde a 14,7% dos habitantes. O terceiro grupo em participação é o que reúne pessoas de 7 a 14 anos, sendo 13,1%. Crianças de zero a 6 anos

representavam 11,2% no ano 2000. Acima de 60 anos estão 9,1% dos habitantes. A faixa populacional de 15 a 17 anos corresponde a 5,6% do total.

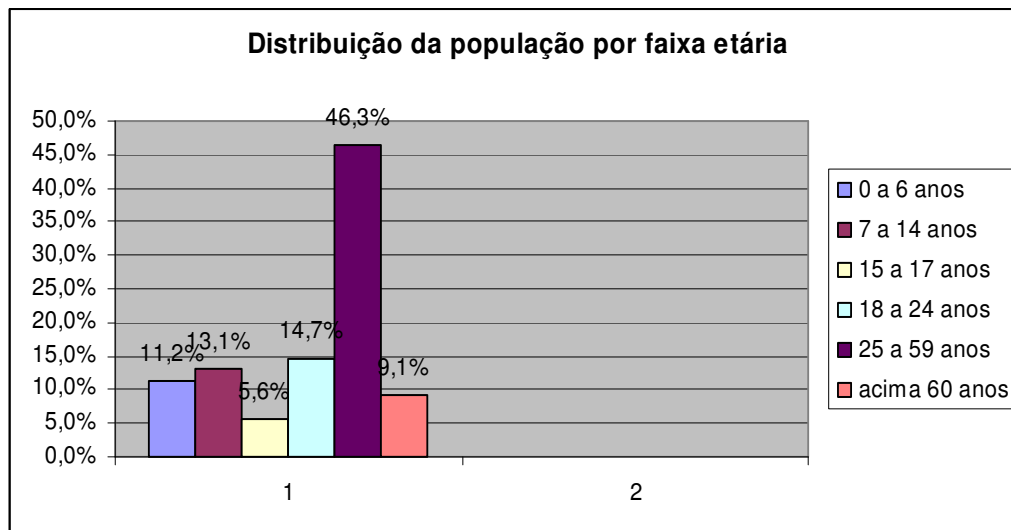


Gráfico 3: Distribuição da população por faixa etária
Fonte: CENSO IBGE 2000

No início de 2003, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC) divulgou as taxas de analfabetismo no Brasil, baseadas nos dados do Censo Demográfico do IBGE do ano 2000. No município de Belo Horizonte, a taxa de analfabetismo era de 4,6%, excluindo-se os indivíduos com menos de 15 anos. Belo Horizonte apareceu como a quinta capital com as menores taxas de analfabetismo na população de 15 anos ou mais, atrás de Curitiba, Porto Alegre, Florianópolis e Rio de Janeiro, nessa ordem, como se observa na tabela abaixo:

As dez primeiras capitais com menores taxas de analfabetismo na população de 15 anos ou mais - 2000	
Capitais	Índice de analfabetismo de 15 anos ou mais
1ª Curitiba/PR	3,4
2ª Porto Alegre/RS	3,5
3ª Florianópolis/SC	3,6
4ª Rio de Janeiro/RJ	4,4
5ª Belo Horizonte/MG	4,6

Tabela 1: Capitais com menores taxas de analfabetismo
Fonte: INEP/MEC – 2003

A pesquisa também mediu a taxa de escolarização de acordo com o grupo de idade. Essa taxa corresponde à proporção de pessoas de determinado grupo que frequentam a escola. De zero aos 6 anos, 40% estavam nas escolas. Dos 7 aos 14 anos, a taxa atingia seu mais alto índice, 97,8%. Em seguida, no grupo de 15 a 17 anos, esse índice passava para 86,8%. Entre os jovens de 18 a 24 anos, o índice passava para 42,3%. Acima dos 25 anos, a taxa de escolarização caía para o mais baixo patamar, de 5,7%. Assim, o índice de escolarização no município começa a decair a partir dos 15 anos de idade ou mais, época em que, em geral, termina-se o ensino fundamental.

Cruzando as informações de tempo de estudo da população com as faixas etárias, o Censo Demográfico mostra que a medida de anos de estudo da população de 10 anos ou mais de idade em Belo Horizonte era de 7,8 anos em 2000. As crianças com 10 anos de idade tinham, em média, 2,6 anos de estudos. Os moradores com 11 anos de idade tinham 3,4 anos de estudos. O grupo de 12 anos de idade tinha passado por 4,3 anos de estudos. A taxa entre os habitantes com 13 anos de idade era 5,1 anos de escola e entre os de 14 anos de idade, 5,9 anos de estudo. As pessoas com 15 anos tinham, em média, 6,6 anos de estudo.

A partir dessas informações referentes à cidade de Belo Horizonte, veremos a seguir as variáveis estruturais e não-estruturais selecionadas para a pesquisa.

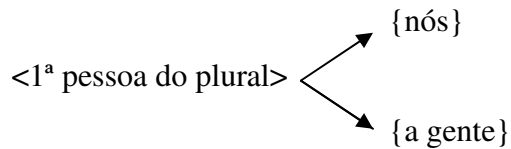
4.2 Variável dependente 1ª pessoa do plural

Os dados utilizados na análise foram extraídos de um *corpus*, já pronto, com cerca de 12h de gravação. Foram utilizadas novas gravações colhidas em entrevistas sociolinguísticas, durante o projeto “Descrição sócio-histórica do Português de Belo Horizonte”.

Tarallo (2003, p.21) define entrevista sociolinguística como “o método de entrevista que tenta minimizar o efeito negativo causado pela presença do pesquisador na naturalidade da situação de coleta de dados”. Ou seja, tenta-se buscar o vernáculo do falante. Ao narrar suas experiências pessoais mais envolventes, ao colocá-las no gênero narrativo, o informante desvencilha-se praticamente de qualquer preocupação com a forma.

Os dados para a análise quantitativa são feitos por entradas individuais da variável linguística. Essas entradas são chamadas de TOKENS. Nesta pesquisa contamos com um total de 944 dados, distribuídos em quatro variáveis.

A 1ª pessoa do plural no português brasileiro possui duas variantes:



A variável dependente 1ª pessoa do plural possui duas realizações possíveis. *Nós* e *a gente*, como em (25):

- (25) a- “*a gente* mora perto do batalhão de polícia”
 b- “*nós* moramos perto do batalhão de polícia”

4.3 Variáveis independentes

4.3.1 Variáveis estruturais

4.3.1.1 Função gramatical

A primeira variável linguística a ser analisada é a *função gramatical*. De acordo com Omena (1998), a ocorrência de *a gente* é maior na função de adjunto adverbial, depois na de sujeito e complemento, que se equivalem. O grupo de fatores *função gramatical* tem como fatores as funções de (S)*sujeito*, (O)*objeto direto*, (I)*objeto indireto*, (A)*adjunto adnominal* e (V)*adjunto adverbial*, como em (23).

- (26) a- *A gente* sofre né. (DJfAB)
 b- Ele pega *a gente* pra ficar manso. (DLmAB)
 c- Ela manda para *a gente* cortada. (DPfAB)
 d- A vida *da gente* na periferia é muito difícil. (DAfAB)
 e- Que mora perto *da gente*. (DAfAB)

Como esse fenômeno está ligado diretamente à sintaxe da língua, para esta pesquisa foram selecionados grupos de fatores que podem condicionar a utilização das variantes. São eles: *localização na frase*, *transitividade verbal*, *tempo verbal* e *desinência número-pessoal*.

4.3.1.2 Localização na frase

Em relação à *localização na frase*, pretendo analisar se a variável estudada é sensível a construções *principais*, *coordenadas* e *subordinadas*, como, por exemplo, em (27):

Construções Principais(P)

(27) a- *Nós* já começamos a estar mais juntos. (DLfAM)

Construções coordenadas(C)

b- *A gente* manda, mas vai conferi. (DAfAB)

Construções subordinadas(S)

c- Eles vêm quente prometendo coisas que *a gente* fica assustado com tanta melhoria. (DAfAB)

4.3.1.3 Transitividade verbal

Em relação à *transitividade verbal*, serão verificados os verbos que acompanham os complementos cuja função é de *objeto direto e indireto*.

Construções com verbo transitivo direto(D)

(28) Mas vocês **assusta** *a gente* desse jeito. (DAfAB)

Construções com verbo transitivo indireto(T)

(29) Ele não **mora** aqui com *a gente* não. (DFfJB)

4.3.1.4 Tempo verbal

Com relação ao *tempo verbal* e *desinência número-pessoal*, meu objetivo é verificar se o tempo verbal e o tipo de desinência número-pessoal influenciam na utilização das variantes. O grupo de fator *tempo verbal* é composto por dois fatores: [+ *passado*](P),[- *passado*](p).

- (30) a- A diversão *da gente* **era** ir no parque naquele bairro. (DZfVM)
b- Nós **jogamos** bola lá no campinho. (DNmJB)

4.3.1.5 Desinência número-pessoal

Os fatores deste grupo são: *desinência -mos* (1) e *desinência Ø* (4).

- (31) a- Nós precis**amos** mesmo é de fazer hospital. (DZfVM)
b- A *gente* **ia** muito no cinema. (DZfVM)

4.3.1.6 Referência

Para Omena (1998), a introdução da forma *a gente* foi uma necessidade de os falantes contraporem uma referência precisa a uma imprecisa, como, por exemplo, em:

- (32) a- Não, eu vim pra cá com 6, 7 anos, antes disso *a gente* morava em São Paulo.
(DPfAB)

Nesse exemplo, podemos observar que o falante utiliza a forma *a gente* com uma referência precisa, ou seja, incluindo-se neste grupo familiar.

Já no exemplo (33)

(33) *A gente* escutava tiro de dia e de noite. (DPfAB)

o *a gente* não se refere à pessoa que está falando e nem ao ouvinte, mas sim a um grupo não especificado.

De acordo com Omena,

as formas *nós* e *a gente* são usadas nas funções dêitica e anafórica. Referindo-se apenas ao locutor e ao receptor, elas são predominantemente dêiticas, mas quando nomeiam o conjunto – o falante (ou o ouvinte) e outras pessoas – são na maioria anafóricas. Com função anafórica, os pronomes, em geral, são empregados para se manter a coesão do discurso. Essa função discursiva influi na escolha das formas em estudo (1998, p.193).

Esse grupo de fatores contém dois fatores: [+ *genérico*] e [– *genérico*].

4.3.1.7 Disposição da variável na sequência do discurso

Para que possamos fazer uma descrição mais aprofundada dessa alternância, selecionamos *a disposição da variável na sequência do discurso*, com os seguintes fatores:

A - Foram classificadas como A as formas que apareciam no *corpus* estudado como 1ª referência.

Por exemplo: “Não, eu vim pra cá com 6, 7 anos, antes disso *a gente* morava em São Paulo”.

B - Foram classificadas como B as formas que tinham como antecedente *a gente* com referente igual.

“*a gente* pegava o ônibus no Lagoinha, *a gente* ia esse percurso todo a pé”.

Nesse exemplo podemos perceber que há uma 1ª referência que é mantida na segunda oração.

C - Foram classificadas como C as formas que tinham como antecedente a forma *a gente* com referente diferente.

“*a gente* vai para a igreja, *a gente* vai assim dois ou três”. Nesse exemplo o falante se refere primeiro a si próprio e aos filhos e depois a todos que frequentam a igreja.

D - Foram classificadas como D as formas que tinham como antecedente o pronome *nós* com referente igual.

“*nós* éramos nove”. Nesse exemplo, o falante se refere a si próprio e aos irmãos.

E - Foram classificadas como E as formas que tinham como antecedente o pronome *nós* com referente diferente.

“Meu marido tinha medo dela ser infeliz, tanto que, com vinte e quatro horas de casada, *nós* fomos lá, né? A *gente* dia sim, dia não, ia na casa dela. Porque a gente que é mãe, quer sempre o melhor para o filho”.

F - Foram classificadas como F as formas que tinham como antecedente o sujeito implícito e verbo com desinência de terceira pessoa do singular com referente igual.

“ $\emptyset$ não tinha medo, você encontrava com as pessoas assim de frente”. Nesse exemplo, o falante se refere a si próprio, ou seja, mesmo referente, mas com antecedente zero.

G - Foram classificadas como G as formas que tinham como antecedente o sujeito implícito e verbo com desinência de terceira pessoa do singular com referente diferente.

“*a gente* chegava lá para conversar... assim $\emptyset$ chegava lá qualquer hora o portão tava aberto”. Na primeira oração o informante se refere a si próprio e na segunda oração o antecedente é zero. Nesta segunda oração o informante passa a se referir a todas as pessoas que iam até o colégio.

H - Foram classificadas como H as formas que tinham como antecedente o sujeito implícito e verbo com desinência de primeira pessoa do plural (ou quarta pessoa) com referente igual.

“agora somos oito”. Nesse exemplo o antecedente é zero, mas o falante está se referindo a si próprio e aos irmãos.

I - Foram classificadas como I as formas que tinham como antecedente o sujeito implícito e verbo com desinência de primeira pessoa do plural (ou quarta pessoa) com referente diferente.

“*paramos* numa padaria”

“*nós* homens”.

No primeiro exemplo podemos perceber que o falante se inclui no grupo. Já no exemplo seguinte o falante generaliza.

4.3.1.8 Saliência Fônica

Além dos fatores de natureza sintática, semântica e discursiva, há que se levar em conta um fator fonológico importante, *a saliência fônica*. A proposta da saliência fônica é a de uma gradação na diferença fônica entre as formas verbais de 3ª pessoa do singular e 1ª pessoa do plural. Estudos recentes, como os citados no capítulo 2, mostraram que a maior diferença entre essas formas privilegia o uso de *nós*, e a menor, o uso de *a gente*, como em (34):

- (34) a- *Nós* fomos crescendo. (DGfAB)
 b- *Nós* vamos lá também. (DEfVB)

No exemplo (34) temos o nível 4 de saliência fônica.

- (35) a- *A gente* brincava muito na rua. (DNfVT)
 b- *A gente* morava bem lá no fim da avenida central. (DNfVT)

No exemplo (35) temos o nível 1 de saliência fônica.

De acordo com Lopes (1999), a escala da saliência fônica é subdividida em vários níveis de diferenciação fônica, entre P3, que se combina à forma *a gente*, e P4, que estabelece concordância com o pronome *nós*. Leva-se em conta, no nível 1, um grau mínimo de diferença fônica que é estabelecida pelo simples acréscimo da desinência verbal *-mos*, sendo a sílaba tônica a mesma em ambas as formas. Tem-se nesse nível, basicamente, formas do pretérito imperfeito. Conforme se aumentam os níveis, aumenta-se a diferenciação entre P3 e P4. No nível 2 não há coincidência entre a sílaba tônica das duas formas: a vogal temática é acentuada em P4, mas em P3 o acento recai no radical do verbo (formas do presente e alguns casos do pretérito perfeito). O nível 3 já engloba os casos dos monossílabos tônicos ou oxítonos no singular que, ao receberem desinência *-mos*, passam a paroxítonos: presente do indicativo. No nível 4, com o acréscimo da desinência *-mos*, a vogal da 3ª pessoa do singular desaparece no plural (pretérito perfeito e em algumas formas do presente). O nível 5 apresenta a maior saliência, pois há grandes diferenças fonológicas entre 3ª pessoa do singular e 1ª do plural.

(continua)

Níveis	Exemplos
1	falava / falávamos

2	fala / falamos trouxe / trouxemos disse / dissemos soube / soubemos
3	está / estamos tem / temos
4	comeu / comemos partiu / partimos vai / vamos foi / fomos
5	falou / falamos é / somos
6	cantar / cantarmos
7	cantando

Quadro 2: Níveis de saliência fônica proposto por Lopes (1999)
Fonte: Lopes (1999)

Aqui faço uma reformulação no quadro proposto por Lopes (1999). A autora propõe no nível 6 as formas do infinitivo e no nível 7 as formas de gerúndio. A minha proposta é que o nível 6 apresente as formas nominais dos verbos. Englobam-se aí as formas do infinitivo, particípio e gerúndio.

(continua)

Níveis/ Fatores	Exemplos
1	falava / falávamos
2	fala / falamos trouxe/ trouxemos disse / dissemos soube / soubemos
3	está / estamos tem / temos
4	comeu / comemos

	partiu / partimos
	vai / vamos
	foi / fomos
5	falou / falamos
	é / somos
6	cantar / cantarmos / cantando

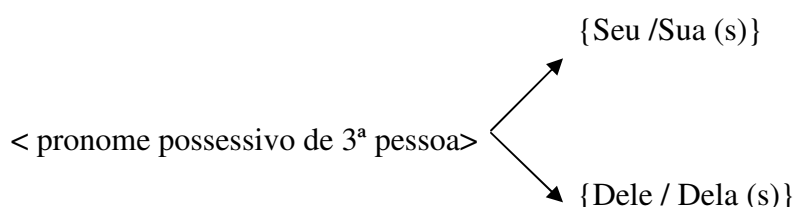
Quadro 3: Reformulação do quadro Níveis de saliência fônica
Fonte: Dados da pesquisa

4.3.1.9 Preposição

O último fator linguístico a ser estudado é o *tipo de preposição* que introduz os objetos indiretos e os adjuntos adnominais no grupo nominal. Os fatores deste grupo foram selecionados de acordo com as preposições mais utilizadas como, por exemplo: *(P) para, (D) de, (S) sobre, (C) com, (A) a; (O) outras (até, ante, contra, desde, em, entre, perante, por, sem, sob, trás)*. Como em (36):

- (36) a- O Pinho pegou *a gente* na pracinha. (DEfVB)
 b- Saúde, Deus dá *para a gente*. (DBfAB)
 c- Tem que ter coisas na vida *da gente*. (DGfAB)

4.4 Variável dependente 3ª pessoa



Os pronomes possessivos *seu / sua / seus / suas* se alternam na 3ª pessoa do discurso com a forma analítica preposição + pronome: *dele / dela / deles / delas*. Alguns autores, como Cerqueira (1993) e Silva (1998), acreditam que essa alternância se iniciou com substituição da

forma *você* no lugar de *tu e vós*. Outros autores, como Perini (1985), acreditam que a substituição de *tu e vós* pela forma *você* tornou ambíguo o pronome possessivo de 3ª pessoa *seu*. Essa ambiguidade é desfeita quando o falante utiliza a forma preposição + nome: *dele(s)/dela(s)*. Percebe-se aí a alternância existente nos pronomes possessivos de 3ª pessoa. Veremos quais variáveis condicionam ou não essa alternância.

4.5 Variáveis independentes

4.5.1 Variáveis estruturais

4.5.1.1 Gênero do possuidor

A hipótese levantada aqui é se o gênero e o número do possuidor e do possuído influenciam na escolha de uma das formas pelo falante. De acordo com Perini (1985, p.5), o sistema atual de possessivos é curioso, não apenas por incluir formas sintéticas (“pronomes possessivos”) ao lado de analíticas (de + N), mas também porque a concordância de gênero acaba sendo efetuada de duas maneiras diferentes. Os pronomes têm formas masculinas e femininas, que concordam com o gênero do nome núcleo da construção: *seu carro*, *sua bicicleta*. Por outro lado, as formas de + N concordam com o possuído, e não com o núcleo da construção: *carro dele*, *carro dela*.

Os fatores deste grupo são: Masculino (M)/ Feminino(F)

- (37) a- Os *pés dele* está todo imundo. (DJfAB)
 b- Ela fala que a minha mãe é *irmã dela*. (DAfAB)

4.5.1.2 Número do possuidor

Singular(S) / Plural(P)

- (38) Os barracos *delas* trincaram. (DPfAB)

4.5.1.3 Gênero do possuído

Masculino(M) / Feminino(F)

- (39) a- O caderno *dele* tá até ali. (DPfAB)
b- Eu vou para *casa dela*. (DFfJB)

4.5.1.4 Número do possuído

Singular(S) / Plural(P)

- (40) a- A preocupação *dela* vai ser diferente. (DEfVT)
b- Elas mesmas vão tirar *suas conclusões*. (DAfAB)

4.5.1.5 Função gramatical

A hipótese a ser testada aqui é a de que as funções gramaticais do núcleo podem interferir na escolha do falante, além dos verbos de ligação que podem favorecer mais a construção preposição + pronome (*dele*). Esse é um fator ainda controverso. Neves (2002) afirma que as formas copulativas não influenciam na preferência do falante. O objetivo aqui é saber se o português de Belo Horizonte se comporta da mesma forma.

Os fatores desse grupo se subdividem em:

Função gramatical do núcleo: (S) *sujeito*, (O) *objeto direto*, (I) *objeto indireto*, (A) *adjunto adnominal*, (V) *adjunto adverbial* como em (40) a (44):

- (40) Só os *filhos dele* que estavam sofrendo alguma coisa. (DefVB)
- (41) Deus, eu não sei falar *sua língua*. (DBfAB)
- (42) Costuma eu entrar no meio da educação *dele*. (DAfAB)
- (43) Não quero o dinheiro da *sua mãe*. (DDmJB)
- (44) A Lena está na casa *da mãe dela*. (DBfAB)

4.5.1.6 Cópula

A hipótese levantada aqui é a de que a cópula favorece mais as ocorrências da forma inovadora *dele/dela(a)s*. A cópula é um fator controverso em alguns estudos.

- (45) A *mãe dele* é deficiente. (DgfAB)

4.5.1.7 Tipo de orações

A hipótese levantada aqui é a de que o tipo de oração influencia na preferência do falante; se as ocorrências dos pronomes possessivos estão nas orações principais, nas coordenadas ou nas subordinadas.

Construções principais (P)

- (46) Eu esqueci o *nome dela*. (DRmAB)

Construções coordenadas (C)

- (47) Arrumou um marido e levou a roupa para a *casa dele*. (DBfAB)

Construções subordinadas (S)

- (48) Ela tem muito ressentimento dos policiais que fizeram isso com o *filho dela*. (DAfAB)

4.5.1.8 Animacidade do núcleo

A hipótese levantada aqui é a de que se o possuidor for [+ animado] as ocorrências da forma *dele* serão mais expressivas.

De acordo com Silva (1998, p.179), “não parece haver diferença entre humanos e animais, ambos [+ animado], mas, sim, entre esses dois e objetos [– animado]”. Os fatores deste grupo subdividem-se em: (A) [+ *animado*] e (a) [– *animado*].

(49) Estou olhando o filho *dela*. (DSfJB)

(50) Cada um tem *seus problemas*. (DNfVT)

4.5.1.9 Generalidade do núcleo

Segundo Silva (1998), parece haver uma gradação entre os casos totalmente gerais (ou indefinidos), categoricamente correlacionados à forma *seu*, e os completamente definidos e específicos que, pelo contrário, propiciam drasticamente a forma *dele*. Esse fator foi selecionado para verificar se no português de Belo Horizonte o fator generalidade influencia ou não na escolha das formas. Os fatores deste grupo são: (G) [+ *genérico*] / (g) [– *genérico*].

(51) Cada um põe *sua habilidade*. (DImJB)

(52) A *sua filha* está grávida. (DTfJT)

4.5.1.10 Ambiguidade do pronome possessivo

Consideraram-se ambíguos aqueles casos em que a ambiguidade se desfaz dificilmente ou não se desfaz.

(53) Ninguém é certo, mas demonstrar o *seu* erro para os outros. (DLmAB)

Consideraram-se não-ambíguos aqueles casos em que a ambiguidade se desfaz pelo contexto linguístico.

- (54) Elas têm *seus* probleminhas. (DAfAB)

4.5.1.11 Apresentação de um determinante antes do pronome possessivo

A intenção ao selecionar este grupo era saber se o tipo de determinante condicionava a utilização de uma das formas. Os fatores deste grupo são: *(S) Sem determinante e (D) Com determinante*.

- (55) a- Ela lá tomando *sua* cerveja (DLfAM)
b- Ela sabia respeitar e impor *o seu* respeito.(DjmJT)

4.5.1.12 Posição do pronome possessivo em relação ao substantivo

Consideramos como fatores deste grupo os possessivos que vinham antepostos ao substantivo e os que vinham pospostos ao substantivo. Foram marcados com *(A) os antepostos* e com *(P) os pospostos*.

- (56) a- Eu sei que cada um tem que defender *seu* filho. (DEfVT)

4.5.1.13 Distância do possessivo em relação ao referente

A hipótese é de que, se existe material morfológico entre o referente textual e a forma possessiva, utiliza-se mais as formas *dele(s)/dela(s)*. De acordo com Neves (2002, p.159), “a ausência do referente textual no mesmo turno em que ocorre a forma possessiva, e a distância entre a forma possessiva e o referente textual, podem, em outros casos, explicar a opção por essa forma que traz maiores informações para referência”.

(57) a- (..) **Marco Antonio Menezes** e o Marco Aurélio, que eram filho do Antonio Menezes, na época ele foi vereador... Era muito boa pessoa. Ele era amigo do meu pai e... nós estudamos juntos num jardim que era da tia **dele**. (DHmVB)

b- A **mais nova** gosta dos bichinhos **dela**. (DAfAB)

4.5.2 Variáveis não-estruturais

Além dos fatores estruturais, é preciso verificar se as variações selecionadas são sensíveis a fatores não-estruturais. Neste sentido, tentaremos mostrar qual o peso desses fatores nas alternâncias observadas nos pronomes pessoais e possessivos no português de Belo Horizonte pretendo verificar os seguintes possíveis condicionadores não estruturais: **sexo, faixa etária, grupo social, escolaridade e estilo de fala**. Segue a relação dos informantes por sigla, idade, sexo, grupo social, escolaridade e ocupação.

(continua)

SIGLA	IDADE	GRUPO SOCIAL	ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO
DAfAB	39 Anos	BAIXA	FUNDAMENTAL INCOMPLETO	AUXILIAR DE BERÇÁRIO
DLmAB	30 anos	BAIXA	FUNDAMENTAL	BALCONISTA
DRmAB	24 anos	BAIXA	FUNDAMENTAL INCOMPLETO	GARÇOM
DJfAT	30 anos	TRABALHADORA	FUNDAMENTAL	CAIXA
DPfAB	28 anos	BAIXA	FUNDAMENTAL INCOMPLETO	COSTUREIRA
DKmAB	37 anos	MÉDIA	ENSINO MÉDIO	COMERCIANTE
DSfJB	13 anos	BAIXA	FUNDAMENTAL INCOMPLETO	ESTUDANTE
DOmJM	18 anos	MÉDIA	SUPERIOR INCOMPLETO	ESTUDANTE
DCfJM	21 anos	MÉDIA	SUPERIOR INCOMPLETO	ESTUDANTE
DNmJFB	15 anos	BAIXA	FUNDAMENTAL	ESTUDANTE

			INCOMPLETO	
DFfJFB	13 anos	BAIXA	FUNDAMENTAL INCOMPLETO	ESTUDANTE
DImJFB	13 anos	BAIXA	FUNDAMENTAL INCOMPLETO	ESTUDANTE
DZfVM	80 anos	MÉDIA	ENSINO MÉDIO	DONA DE CASA
DGfAM	40 anos	MÉDIA	ENSINO MÉDIO	DONA DE CASA
DDmJM	22 anos	MÉDIA	SUPERIOR INCOMPLETO	BALCONISTA
DHmVM	53 anos	MÉDIA	ENSINO MÉDIO	COMERCIANTE
DBfAB	30 anos	BAIXA	FUNDAMENTAL INCOMPLETO	DOMÉSTICA
DEfVT	53 anos	TRABALHADORA	FUNDAMENTAL INCOMPLETO	COMERCIANTE
DTmVT	52 anos	TRABALHADORA	FUNDAMENTAL INCOMPLETO	ELETRICISTA
DXmAM	30 anos	MÉDIA	ENSINO MÉDIO	TATUADOR
DNfVT	60 anos	TRABALHADORA	SUPERIOR	DONA DE CASA
DLfAM	50 anos	MÉDIA	ENSINO MÉDIO	DONA DE CASA
DUmAT	26 anos	TRABALHADORA	ENSINO MÉDIO	AVIADORA
DSfAB	44 anos	BAIXA	FUNDAMENTAL INCOMPLETO	DONA DE CASA
DWmAT	26 anos	TRABALHADORA	ENSINO MÉDIO	VIGIA
DPfAT	38 anos	TRABALHADORA	ENSINO MÉDIO	DONA DE CASA
DjmJT	17 anos	TRABALHADORA	ENSINO MÉDIO	ESTUDANTE
DbfJT	15 anos	TRABALHADORA	ENSINO MÉDIO	ESTUDANTE

Tabela 2: Relação dos informantes

Fonte: Dados da pesquisa

Seguindo a proposta da sociolinguística laboviana, os informantes foram selecionados de acordo com as variáveis não-estruturais. Para Weinreich, Labov & Herzog, “a própria estrutura linguística mutante está encaixada no contexto mais amplo da comunidade de fala, e de tal modo que variações sociais e geográficas são elementos intrínsecos da estrutura”

(WEINREICH, LABOV & HERZOG, 1968, p.54, tradução nossa)⁷. De acordo com os autores, para que possamos identificar o processo de mudança linguística e saber em que estágio esse processo se encontra, faz-se necessário verificar quais fatores não-estruturais influenciam ou não a mudança linguística.

4.5.2.1 Faixa etária

Os informantes foram separados em três grupos etários: jovens, adultos e idosos. Os informantes jovens se encontram na faixa etária dos 13 aos 19 anos. Os informantes adultos se encontram na faixa etária dos 20 aos 50 anos, enquanto os idosos se encontram na faixa etária acima de 50 anos. De acordo com Silva e Paiva (1998, p.350), “o estudo da correlação entre idade e variação linguística aponta para duas direções básicas: a relação de estabilidade entre as variantes linguísticas – um fenômeno varia, mas não muda – ou a existência de mudanças na língua”. Em algumas mudanças linguísticas, os mais velhos inibem o uso de formas inovadoras. O nosso objetivo é identificar se no caso das formas pronominais ocorre o mesmo.

Faixa Etária	Número de informantes
Jovens	07
Adultos	16
Idosos	06
Total	28

Tabela 3: Relação dos informantes por faixa etária

Fonte: Dados da pesquisa

4.5.2.2 Sexo

Em alguns estudos há uma divergência entre os autores sobre quem mantém a forma padrão e quem aceita a forma não-padrão. De acordo com Silva e Paiva, “a forte sensibilidade

⁷ The changing linguistic structure is itself embedded in the larger context of the speech community, in such a way that social and geographic variations are intrinsic elements of the structure.

feminina às formas lingüísticas padrão tem encontrado diferentes explicações na sua maioria ligadas à sua forma de socialização”. Para as autoras é possível que esta diferença de comportamento lingüístico entre homens e mulheres esteja relacionada ao papel mais efetivo da mulher na socialização da criança. Responsável pela transmissão das normas de comportamento social, dentre elas o lingüístico, à mulher cabe a obrigação de ser o modelo exemplar. Dessa forma, a atenção da mulher às formas lingüísticas de prestígio pode ser vista como manifestação de uma tendência mais geral ao “bom” comportamento. De forma geral, permite-se ao homem e não à mulher a quebra de regras sociais, fato que se reflete no comportamento lingüístico (Cf. CHAMBERS & TRUDGILL, 1980). Pretende-se identificar, nos casos estudados, quem fica com o papel de manter a forma padrão ou se ambos os sexos usam a forma inovadora.

Sexo	Número de informantes
Masculino	14
Feminino	14

Tabela 4: Relação dos informantes por sexo

Fonte: Dados da pesquisa

4.5.2.3 Grupo social

Os informantes foram separados por grupo social: grupo 1 médio, grupo 2 trabalhador e grupo 3 baixo. Para separar os informantes por grupo social foram levados em conta os seguintes fatores: tipo de moradia, renda familiar, profissão e escolaridade. Conforme Labov (1972a) apud Silva e Paiva (1998, p.354),

a distribuição das variantes lingüísticas por classes sociais distintas pode, portanto, fornecer evidências auxiliares de mudanças em progresso. Na situação de variação estável, geralmente as variantes lingüísticas correlacionam-se com classe social obedecendo a um padrão linear, de forma que as variantes socialmente estigmatizadas caracterizam a linguagem das classes mais baixas, enquanto as variantes socialmente valorizadas caracterizam a linguagem de pessoas da classe mais alta. Em alguns casos verifica-se, no entanto, que as variantes mais prestigiadas ocorrem mais freqüentemente na classe social imediatamente abaixo da classe mais alta, resultando num padrão curvilíneo.

Oliveira (1982) propõe que a estratificação social seja tomada como um fator decisivo na indicação de mudanças lingüísticas, mas discute a obrigatoriedade do padrão curvilíneo.

Segundo o autor, “uma vez que sociedades se estruturam de modos diferentes é de se esperar que diferentes padrões de estratificação social da linguagem sejam encontrados” (OLIVEIRA, 1982, p.88). Para Silva e Paiva (1998), uma mudança é iniciada e liderada por segmentos da sociedade que constituem a maior parte da população. Se esse segmento for a classe média, esta tende a liderar a mudança; se for a classe baixa, será este o grupo responsável pela propagação de novas formas. Pretende-se observar se as alternâncias em estudo são sensíveis ao grupo social.

PROFISSÃO	GRUPO 3	GRUPO 2	GRUPO 1
Auxiliar de berçário	1		
Balconista	1		
Garçom	1		
Caixa		1	
Costureira	1		
Comerciante			1
Estudante	1		
Estudante			1
Estudante			1
Estudante	1		
Estudante	1		
Estudante	1		
Dona de casa			1
Dona de casa			1
Balconista		1	
Comerciante			1
Doméstica	1		
Comerciante		1	
Eletricista		1	
Tatuador		1	
Dona de casa		1	
Dona de casa		1	
Aviador		1	
Dona de casa			1

Vigia		1	
Dona de casa		1	
Estudante		1	
Estudante		1	
TOTAL	9	12	7

Tabela 5: Profissão dos informantes por grupo social

Fonte: Dados da pesquisa

4.5.2.4 Escolaridade

Os informantes foram agrupados por escolaridade. Pretende-se observar se o nível de escolarização faz com que as formas inovadoras sejam menos privilegiadas.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394, “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. A educação escolar compõe-se de:

I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II - educação superior.

De acordo com a LDB 9394, o ensino fundamental tem duração mínima de oito anos. Foram considerados com o fundamental incompleto os informantes que cursaram as 4 primeiras séries do ensino fundamental. Foram considerados com fundamental completo os informantes que concluíram a série final do ensino fundamental. Seguindo a proposta da LDB, o ensino médio, etapa final da educação básica, tem duração mínima de três anos. Foram considerados com ensino médio incompleto os informantes que iniciaram o ensino médio e com ensino médio completo os que concluíram. Foram considerados com ensino superior ou graduação os que iniciaram a graduação e os que concluíram a graduação. Segundo Silva e Paiva (1998, p.348),

Podem ocorrer casos em que os falantes entram na escola oscilando entre um grande e um pequeno uso da variante padrão, mas a escola “poda” a variante não-padrão. Em outros casos, em que a maioria dos falantes entra na escola sem usar a variante padrão, esta é adquirida durante sua escolarização sem que desapareça, porém, a variante não-padrão. Enquanto no 1º ano escolar só há indivíduos que tendem a usar

a variante não-padrão, nos últimos anos escolares há falantes que tendem a usar ambas as variantes.

(continua)

SIGLA	Fundamental Incompleto	Fundamental	Ensino Médio	Superior
DAfAB	1			
DLmAB		1		
DRmAB	1			
DJfAT		1		
DPfAB	1			
DKmAB			1	
DSfJB	1			
DOmJM				1
DCfJB				1
DNmJB	1			
DFfJB	1			
DImJB	1			
DZfVM			1	
DGfAM			1	
DDmJM				1
DHmVM			1	
DBfAB	1			
DEfVT	1			
DTmVT	1			
DXmAM			1	
DNfVT				1
DLfAM			1	
DUmAT			1	
DSfAB	1			
DWmAT			1	
DPfAT			1	
DjmJT			1	
DbfJT			1	
Total	11	2	11	4

Tabela 6: Relação dos informantes por escolaridade

Fonte: Dados da pesquisa

4.5.2.5 Estilo de fala

O objetivo é verificar se as formas inovadoras do sistema pronominal são sensíveis ao estilo de fala. De acordo com Tarallo (2003, p.19),

a língua falada é o vernáculo: a enunciação e expressão de fatos, proposições, idéias sem a preocupação de como enunciar-los. Trata-se, portanto, dos momentos em que o mínimo de atenção é prestado à língua. Essas partes do discurso falado, caracterizadas aqui como o vernáculo, constituem o material básico para a análise sociolingüística.

Neste trabalho dividimos o estilo de fala em três variantes: Fala casual – quando há o mínimo de atenção do informante; Fala cuidada – em que há uma atenção maior por parte do informante, devido a uma interrupção ou por retomada de assunto; Fala formal – ocasiões em que o falante apenas responde o que lhe é perguntado.

A análise qualitativa dos dados será feita através da utilização de um software, o GOLDVARB, um pacote estatístico bastante refinado que visa estabelecer, matematicamente, quais são os fatores, estruturais e não-estruturais, que contribuem para a aplicação ou para a inibição de uma regra que represente um determinado processo linguístico. Nesta pesquisa o programa selecionou os fatores de ordem estrutural e não-estrutural que condicionam as alternâncias das formas pessoais e possessivas. Os pesos relativos – frequências corrigidas – são calculados a partir das porcentagens ou frequências relativas observadas. O programa usado para o cálculo dos pesos relativos faz uma análise de regressão múltipla, projetando múltiplos pesos relativos para medir o efeito dos grupos de fatores ou variáveis independentes, em diversas etapas de análises também denominadas de níveis de análise. No nível 0 (zero), o programa projeta o peso relativo global (denominado de *input*) e, a seguir, o programa determina o grau de significância dos fatores de cada grupo, isoladamente. No segundo nível, chamado de *step-up*, os fatores são analisados em conjunto e são feitas várias combinações de fatores, que começam sempre da mais simples (envolvendo um menor número de fatores), até que se atinja o melhor modelo ou arranjo (*best step-up*) dos fatores, ou seja, examinando a interação entre os fatores, a análise seleciona aqueles que agem positivamente sobre o fenômeno estudado. O terceiro nível da análise, *step-down*, é uma espécie de “prova dos nove” (SHERRE & NARO, 2003) da regressão. Diferentemente do

step-up, o *step-down* parte da combinação de fatores mais complexa e vai eliminando gradativamente os fatores. Conforme o *log-likelihood* é alterado, vão sendo eliminados os fatores não significantes até que se chegue ao melhor arranjo de fatores (*best step-down*). No fim, o melhor arranjo do *step-up* e *step - down* serão equivalentes. (CÉLIA, 2004; GUY & ZILLES, 2007).

Para a interpretação dos dados, deve-se observar, no resultado da análise:

Input: valor que indica a probabilidade de aplicação da regra. Quanto mais próximo de 1 maior a probabilidade de aplicação.

Probabilidade dos fatores: a probabilidade dos fatores vai de 0,000 a 1. Para efeito de análise, os valores abaixo de 0,500 são considerados desfavorecedores para a utilização das variantes *a gente* e *dele/dela(s)* e os valores acima disso são favorecedores para a utilização destas mesmas variantes. Os valores que se aproximam de 0,500 são considerados como neutros. Os resultados desta pesquisa serão discutidos no capítulo 6.

5 QUADRO TEÓRICO

De acordo com Alkmim (2003, p.21),

linguagem e sociedade estão ligadas entre si de modo inquestionável. Mais do que isso, podemos afirmar que essa relação é a base da constituição do ser humano. A história da humanidade é a história de seres organizados em sociedades e detentores de um sistema de comunicação oral, ou seja, de uma língua. Efetivamente, a relação entre linguagem e sociedade não é posta em dúvida por ninguém, e não deveria estar ausente, portanto, das reflexões sobre o fenômeno lingüístico.

É partindo deste pressuposto da relação entre língua e sociedade que, nesta pesquisa, selecionamos para estudo duas variáveis dependentes: a forma pronominal de 1ª pessoa do plural, com alternância entre as variantes *nós* e *a gente* e a forma do possessivo de 3ª pessoa com alternância entre as formas *seu/sua* e *dele(s)/dela(s)*. As alternâncias das formas em estudo nos mostram que a língua escrita difere da língua falada no momento em que aparecem novas formas de dizer a mesma coisa.

Labov (2001, p.1) assegura que é preciso ter cuidado com as considerações gerais que nos levam ao estudo da variação. Para ele, a tarefa central do linguista, ao estudar a variação, é descobrir exatamente as condições que produzem uma ou outra variante na superfície. Conforme o autor, a análise da variação frequentemente resulta numa *distribuição complementar* aproximada, dado que uma variante pode aparecer 90% em um ambiente, mas 10% em outro.

O estudo da variação lingüística começa com a introdução da concepção de variável lingüística. A definição de uma variável lingüística é o primeiro e também o passo mais importante nas análises variacionistas. Para Labov, “ela começa com a simples percepção de uma variação – a de que há duas formas alternativas de dizer a mesma coisa” (LABOV, 2001, p.2, tradução nossa)⁸. Ou seja, é estabelecer o objeto de estudo que nós chamamos de variável dependente, e assim determinar as variáveis estruturais e não-estruturais que podem ser incluídas no estudo. Alkmim afirma que:

Pondo de maneira simples e direta, podemos dizer que o objeto da sociolingüística é o estudo da língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social, isto é, em situações reais de uso. Seu ponto de partida é a comunidade lingüística, um conjunto de pessoas que interagem verbalmente e que compartilham um conjunto de normas com respeito aos usos lingüísticos. Em outras palavras, uma

⁸ It begins with the simple act of noticing a variation – that there are two alternative ways of saying the same thing.

comunidade de fala se caracteriza não pelo fato de se constituir por pessoas que falam de um mesmo modo, mas por indivíduos que se relacionam, por meio de redes comunicativas diversas, e que orientam seu comportamento verbal por um mesmo conjunto de regras (ALKMIM, 2003, p.31).

Na seção 3 do artigo *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*, Weinreich, Labov & Herzog deixam claro que as correntes teóricas anteriores viam a língua como um sistema homogêneo e que a variabilidade e a sistematicidade se excluíam mutuamente. Porém, a maioria dos linguistas reconhece a evidência que demonstra que a variação e a mudança lingüísticas são processos contínuos e inevitáveis (1968, p.45).

Weinreich, Labov & Herzog acreditam que:

O sistema heterogêneo é assim visto como um conjunto de subsistemas que alternam de acordo com um conjunto de regras co-ocorrentes e que podem apresentar variáveis individuais em co-variação, mas não em co-ocorrência estrita. Cada uma dessas variáveis será, em última instância, definida pelas funções das variáveis independentes extralingüísticas ou lingüísticas internas, apesar de essas funções não precisarem ser independentes umas das outras (1968, p.45, tradução nossa).⁹

Essa afirmação dos autores demonstra que as variações existentes são produtos da interação e estão encaixadas dentro de um sistema lingüístico e social, como no exemplo (13), retomado aqui:

- (58) a- João gosta do seu pai.
b- João gosta do pai dele.

Podemos perceber que, no exemplo (56a), não é possível identificar o referente do pronome possessivo. Não sabemos se João está se referindo ao pai dele ou ao pai do interlocutor. Para desfazer essa ambiguidade, a língua oral introduziu a forma preposição + pronome (*dele*) para especificar o referente, ou seja, tem-se aí uma variação lingüística. Nos contextos em que há ambiguidade, a forma inovadora entra em ação como no exemplo (56b), retirando a ambiguidade existente. A utilização de uma nova forma mostra que as variáveis são estabelecidas em termos lingüísticos e extralingüísticos. Em alguns casos, como, por exemplo, em estruturas indeterminadas, não há variação porque o próprio contexto desfaz a ambiguidade, como em:

⁹ The heterogeneous system is then viewed as a set of subsystems which alternate according to one set of co-occurring rules, while within each of these subsystems we may find individual variables which covary but do not strictly co-occur. Each of these variables will ultimately be defined by functions of independent extralinguistic or internal linguistic variables but these functions need not be independent of one another.

(59) Cada qual que cuide de *sua* vida.

Um outro tipo de variação existente são aquelas em que as duas variantes ocorrem no mesmo contexto por um período de tempo, e podem nunca se excluírem, como, por exemplo, nos casos de alçamento das vogais médias pretônicas:

(60) a- Todo d[o]mingo.

b- Todo d[u]mingo.

Para que possamos perceber as variações e as mudanças existentes na língua, é preciso tratar a variação dentro do sistema visando ao seu encaixamento linguístico e social. De acordo com Weinreich, Labov & Herzog (1968), o primeiro ponto a ser visto é o problema da transição. Segundo os autores, essa “transição ou transferência de traços de um falante para outro parece ocorrer através do meio lingüístico de falantes bidialetais ou, mais geralmente, de falantes com sistemas heterogêneos caracterizados por diferenciação ordenada” (WEINREICH, LABOV & HERZOG, 1968, p.54, tradução nossa)¹⁰. A partir desse princípio os autores sugerem que a mudança se dá:

1- à medida que um falante aprende uma forma alternativa;

2- durante o tempo em que as duas formas existem em contato dentro de sua competência;

3- quando uma das formas se torna obsoleta.

Para Weinreich, Labov & Herzog (1968), a transferência ocorre entre grupos de pares de faixas etárias levemente diferentes. Para assegurar que o problema da transição será tratado de forma adequada, é preciso selecionar os fatores de ordem social que favorecem essa transição.

Nas alternâncias em estudo foi possível observar que o processo de transição das variáveis parece estar em estágios distintos. De acordo com os autores, a transição ocorre entre pares de faixas etárias levemente diferentes. Na alternância entre *nós* e *a gente*, o fator faixa etária não se mostrou relevante, o que pode ser um indício de que esse caso de variação seja de natureza estável.

¹⁰ This transition or transfer of features from one speaker to another appears to take place through the medium of bidialectal speakers, or more generally, speakers with heterogeneous systems characterized by orderly differentiation.

Considerando os dados da alternância entre *seu/sua(s)* e *dele/dela(s)*, ocorreu o oposto. O fator faixa etária foi selecionado como favorecedor, mostrando diferença entre os jovens, idosos e adultos. Essa diferença pode ser um indício de que a alternância entre as formas possessivas ainda está em processo de transição.

Além da transição, há de se levar em conta o problema do encaixamento em seus dois tipos: na estrutura linguística e na estrutura social.

Para que possamos observar de forma segura se as alternâncias entre as formas *nós* e *a gente*, por um lado, e *seu* e *dele*, por outro, estão encaixadas na estrutura linguística, foram selecionados condicionadores linguísticos. Para observar se estas alterações estão encaixadas na estrutura social foram selecionados para a análise os condicionadores sociais.

Assim, para Weinreich, Labov & Herzog citando Stutervant,

parece que uma mudança lingüística começa quando um dos muitos traços característicos da variação lingüística se espalha por um subgrupo específico da comunidade de fala. Esse traço lingüístico assume então uma determinada significação social – simbolizando os valores sociais associados ao grupo (STUTERVANT, 1947 *apud* W.L.H, 1968, p.55, tradução nossa)¹¹.

Uma vez que a variação está encaixada na estrutura linguística, ela é gradualmente generalizada a outros elementos do sistema. Tal generalização não tem nada de instantâneo, e a mudança na estrutura social da comunidade normalmente intervém antes que o processo se complete. Ou seja, as variações ocorrem dentro de um sistema linguístico, mas é muito provável que fatores de ordem social, como por exemplo, escolaridade, grupo social, entre outros intervenham antes que a mudança atinja todos os itens do léxico.

Buscando resposta para o problema do encaixamento linguístico e social, foi possível observar na alternância entre *nós* e *a gente* que a forma *a gente*, por ter sofrido um processo de gramaticalização e, a partir daí, ser encontrada em construções onde deveria existir o pronome de 1ª pessoa do plural, é um indício de que esta forma está no processo de encaixamento linguístico. Na análise dos dados foram verificadas ocorrências da forma *a gente* em todas as funções gramaticais, o que demonstra que, linguisticamente, a forma está se encaixando perfeitamente na posição do pronome. Não podemos dizer que *a gente* está totalmente encaixada uma vez que existem contextos, como a desinência de 1ª pessoa do plural, que desfavorecem a utilização da forma inovadora, como se pode comprovar pelos resultados obtidos.

¹¹ It is suggested that a linguistic change begins when one of the many features characteristic of speech variation spreads throughout a specific subgroup of the speech community. This linguistic feature then assumes a certain social significance – symbolizing the social values associated with that group.

Os dados para a alternância entre *nós* e *a gente* indicam um processo de encaixamento social já que foram encontradas ocorrências da forma inovadora em todos os grupos sociais, com taxas de frequência significativas, o que indica que a forma *a gente* não é avaliada como estigmatizada. Em uma comunidade de fala existem grupos sociais que têm certo prestígio e para se diferenciarem dos demais criam uma resistência às inovações da língua. Quando uma variável consegue se espalhar por esse grupo mais resistente, então, concluímos que a variável está encaixada socialmente, já que esta pode ser encontrada em todos os grupos não tendo nenhuma resistência naquela comunidade de fala.

Pode-se dizer ainda que a alternância entre *seu/sua(s)*, *dele/dela(s)* está em processo de encaixamento linguístico e social. Foi possível observar que há um aumento na utilização da forma inovadora. No português de Belo Horizonte temos uma taxa de 78% de utilização da forma inovadora e 21% do pronome possessivo. Com relação ao encaixamento social, os dados mostram que a alternância nos pronomes possessivos não está restrita a norma culta. A análise revelou que a variável inovadora concorre com o pronome possessivo evidenciando a perda da significação social, ou seja, não há o condicionamento do grupo social para a utilização da variável.

Weinreich, Labov & Herzog (1968, p.55, tradução nossa)¹² acreditam que “a teoria da mudança lingüística deve estabelecer empiricamente os correlatos subjetivos dos diversos estratos e variáveis numa estrutura heterogênea”. Para os autores, os correlatos subjetivos dizem respeito ao problema da avaliação. Conforme afirma Tarallo (2003, p.11), as variantes de uma comunidade de fala encontram-se sempre em relação de concorrência: padrão *vs* não-padrão; conservadoras *vs* inovadoras; de prestígio *vs* estigmatizadas. Em geral, a variante considerada padrão é ao mesmo tempo conservadora e a que goza do prestígio sociolinguístico na comunidade. As variantes inovadoras, por outro lado, são quase sempre não-padrão e estigmatizadas pelos membros da comunidade. Consideramos como padrão as variantes que são avaliadas positivamente pelos falantes e que são descritas pela norma culta. Consideramos como não-padrão as variantes que são avaliadas negativamente pelos falantes e que são descritas como uma inovação da língua.

Por exemplo, nas alternâncias em estudo as variantes *nós* e *seu, sua(s)* foram consideradas variantes padrão, por estarem descritas nos manuais de língua portuguesa; as variantes *a gente, dele, dela(s)* foram consideradas variantes inovadoras, por serem variações encontradas na língua falada e não descritas nos manuais como formas do português culto.

¹² The theory of language change must establish empirically the subjective correlates of the several layers and variables in a heterogeneous structure.

Para uma descrição linguística adequada é preciso levar em consideração o problema da implementação das mudanças.

Para W.L.H (1968),

o processo global da mudança lingüística pode envolver estímulos e restrições tanto da sociedade quanto da estrutura da língua. O avanço da mudança lingüística até sua conclusão pode ser acompanhado do aumento do nível de conscientização social sobre a mudança e o consequente estabelecimento de um estereótipo social. Finalmente, a conclusão da mudança e a passagem da variável para o status de constante são acompanhadas da perda de toda a significação social do traço. O alto grau de regularidade que a mudança sonora exhibe é resultado desta perda de significação nas alternâncias envolvidas e da escolha de uma das alternantes como constante (WEINREICH, LABOV & HERZOG, 1968, p.55, tradução nossa)¹³.

Para os autores, a implementação da mudança está relacionada à frequência com que a variante inovadora é utilizada pelos falantes e a perda da significação social. Ou seja, se a mudança tem seu maior peso nos grupos sociais mais altos e se em novos estudos não existir mais a significação social, podemos dizer que a mudança está em processo de implementação.

No caso das alternâncias em estudo pode-se dizer que estamos tratando de processos lingüísticos em implementação, os dados obtidos na análise mostram que os processos de implementação das variantes em estudo estão em estágios distintos na comunidade de fala estudada. A partir desse quadro apresento a seguir os resultados encontrados neste trabalho.

¹³ The over-all process of linguistic change may involve stimuli and constraints both from society and from the structure of language. The advancement of the linguistic change to completion may be accompanied by a rise in the level of social awareness of the change and the establishment of a social stereotype. Eventually, the completion of the change and the shift of the variable to the status of a constant is accompanied by the loss of whatever social significance the feature possessed. The high degree of regularity which sound change displays is the product of such loss of significance in the alternations involved, and the selection of one of the alternants as a constant.

6 ANÁLISE QUANTITATIVA E QUALITATIVA

6.1 Resultados da análise da alternância entre *nós* e *a gente*

O caso em estudo mostra a alternância encontrada entre *nós* e *a gente* na 1ª pessoa do plural. Apresento a seguir a análise quantitativa e qualitativa dos dados a partir dos resultados obtidos na rodada do GOLDVARB. Dispomos aqui de 615 dados, dos quais 329 (62%) são da forma *a gente* e 198 (37%) são do pronome pessoal *nós*.

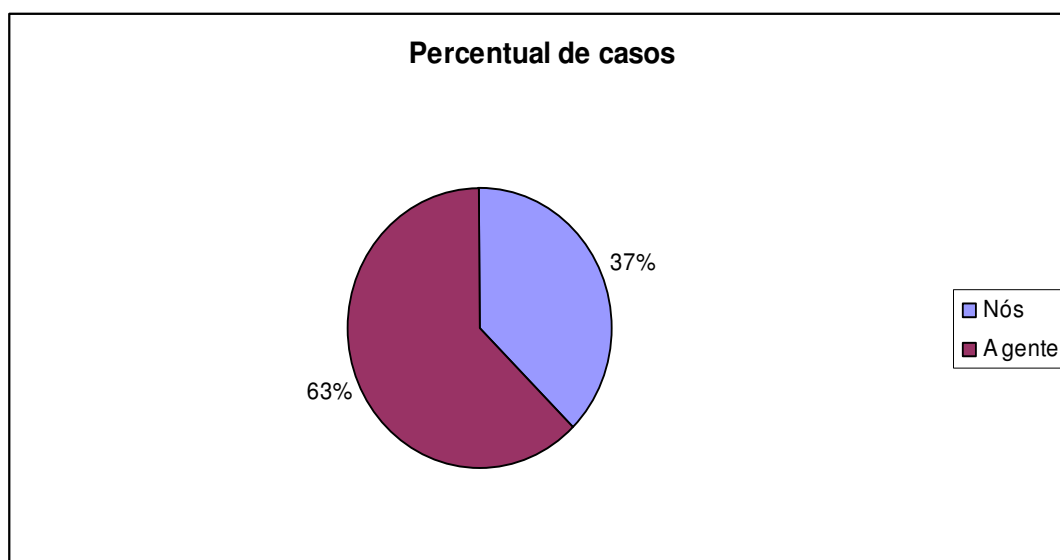


Gráfico 4: Percentual de casos de *nós* e *a gente*
Fonte: Dados da pesquisa

Numa primeira abordagem podemos perceber que o número de casos de *a gente* supera e quase dobra o número de casos do pronome *nós* no português de Belo Horizonte.

Considerando os pressupostos variacionistas, que visam ao estudo da língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social, isto é, em situações reais de uso, podemos dizer que esse fenômeno está em variação. Weinreich, Labov & Herzog dizem que “a própria mudança lingüística raramente ocorre como a movimentação de todo um sistema para outro. Em vez disso, entendermos que um conjunto limitado de variáveis num sistema altera seus valores modais gradualmente de uma extremidade a outra.” (1968, p.54, tradução

nossa)¹⁴. Os autores mostram que a mudança linguística não se dá abruptamente. As duas variantes concorrem por um período de tempo até que uma ultrapasse a outra. Isso descreve o aumento na aplicação da forma *a gente* e a diminuição no uso do pronome *nós*.

O GOLDVARB é um programa estatístico que faz uma análise multivariada. Nessa análise, o programa testa as variáveis dependentes e as de ordem estrutural e não-estrutural. O programa mostra, através de peso relativo, qual fator influencia ou qual fator desfavorece a preferência entre uma das formas. Para a análise da alternância entre o pronome *nós* e a forma *a gente* foram examinados 13 grupos de fatores. De acordo com a rodada do GOLDVARB, apenas três se mostraram relevantes: dois estruturais (***disposição da variável na sequência do discurso*** e ***desinência número-pessoal***) e um não-estrutural (***grupo social***) com input (0,720). Esse input está relacionado à melhor rodada dos grupos de fatores. Os pesos relativos apresentados nas tabelas dizem respeito à taxa de aplicação da variável inovadora.

Os fatores ***função gramatical, localização na frase, transitividade verbal, tempo verbal, referência, preposição, saliência fônica, sexo, faixa etária, estilo de fala e escolaridade*** foram eliminados nas melhores rodadas de *step up* e *step down*.

Seguindo a proposta de Weinreich, Labov & Herzog, a exclusão dos fatores acima mostra que no português de Belo Horizonte podemos ter um caso de variação estável. Alguns ambientes que favoreciam a variação agora não são mais relevantes. De acordo com Tarallo (2003, p.65), “a relação de estabilidade das variantes avultará, se entre as alternâncias em estudo e a faixa etária dos informantes não houver qualquer tipo de correlação”. É exatamente a situação que está ocorrendo entre a forma *a gente* e o pronome *nós*. Pela rodada do GOLDVARB não há mais o condicionamento do fator faixa etária para a alternância das formas. Os grupos que continuam relevantes estão relacionados ao paralelismo formal que comento a seguir.

6.1.1 ***Disposição da variável na sequência do discurso***

Este fator foi testado para verificar se a sequência das formas no discurso influencia uma ou outra forma. Os fatores deste grupo são:

¹⁴ The linguistic change itself is rarely a movement of one entire system into another. Instead we find that a limited set of variables in one system shift their modal values gradually from one pole to another.

A - Foram classificadas como A as formas que apareciam no *corpus* estudado como 1ª referência.

B - Foram classificadas como B as formas que tinham como antecedente a forma *a gente* com referente igual.

C - Foram classificadas como C as formas que tinham como antecedente a forma *a gente* com referente diferente.

D - Foram classificadas como D as formas que tinham como antecedente o pronome *nós* com referente igual.

E - Foram classificadas como E as formas que tinham como antecedente o pronome *nós* com referente diferente.

F - Foram classificadas como F as formas que tinham como antecedente o sujeito implícito e verbo com desinência de terceira pessoa do singular com referente igual.

G - Foram classificadas como G as formas que tinham como antecedente o sujeito implícito e verbo com desinência de terceira pessoa do singular com referente diferente.

H - Foram classificadas como H as formas que tinham como antecedente o sujeito implícito e verbo com desinência de primeira pessoa do plural (ou quarta pessoa) com referente igual.

I - Foram classificadas como I as formas que tinham como antecedente o sujeito implícito e verbo com desinência de primeira pessoa do plural (ou quarta pessoa) com referente diferente.

Não entraram na contagem geral os fatores F e G por não aparecerem no *corpus* estudado. A seguir os resultados deste grupo para a forma *a gente*.

Na rodada do GOLDVARB os fatores que mais influenciaram a utilização da forma *a gente* foram: *Forma antecedente 'a gente' com referente igual*, *Primeira referência*, *Forma antecedente 'a gente' com referente diferente* e *Forma antecedente 'nós' com referente diferente*, conforme os exemplos abaixo:

A – Primeira referência

(61) Eles pega *a gente* pra ficá manso. (DLmAB)

B – Forma antecedente a gente com referente igual

(62) a- Antes *a gente* podia ficar até mais tarde. (DPfAB)

b- Hoje em dia *a gente* não tem muita tranquilidade. (DPfAB)

C – Forma antecedente a gente com referente diferente

(63) a- *A gente* não saia à noite aqui. (DNfVT)

b- *A gente* fica julgando só pelas violências. (DNfVT)

E – Forma antecedente nós com referente diferente

(64) (..) Estava uma mulher lá com uma corrente no pescoço, com a janela aberta. Chegou e foi arrancando a corrente assim da mulher e saiu correndo.(..) Eu não vi não, eu vejo é na televisão, nos jornais vem aumentando. Eu acho que é porque é mulher. *Nós* homens, Ah sei lá. Aquela adrenalina que solta *na gente*. (DOmJM)

Os fatores que mais influenciaram a utilização do pronome *nós* foram: *Forma antecedente ‘nós’ com referente igual, Forma antecedente com sujeito implícito e verbo com desinência de primeira pessoa do plural com referente igual, Forma antecedente com sujeito implícito e verbo com desinência de primeira pessoa do plural com referente diferente*, conforme os exemplos:

D – Forma antecedente nós com referente igual

(65) a- (..) eu sei que assim dois anos antes dele falecer aí *nós começamo* a viver uma vida assim de... de companheirismo ... é.. de companheirismo que aí *nós já começamo a tá mais junto* às vezes de manhã....(..) (DbfJT)

H – Forma antecedente com sujeito implícito e verbo com desinência de primeira pessoa do plural com referente igual

(66) a- *Fomos* para cachoeira, pescamos e só. Corremos atrás de cavalos. (DImJB)

I – Forma antecedente com sujeito implícito e verbo com desinência de primeira pessoa do plural com referente diferente

(67) a-(..)aí ele falava nós vamos hoje... não... *vamo hoje não*... mas eu me senti na obrigação de fugir porque porque eu tinha dado a minha palavra a ele... então eu achava que eu tinha que cumprir sabe... tanto é que um dia eu falei vou ter que ir hoje... era uma... não sei se era uma quinta-feira...eu sei que era assim antes do final do ano sabe... não sei se era no dia 28 de dezembro uma coisa assim... e eu era jogadora de vôlei e... eu tava treinando porque sempre... é igual hoje em dia tem essas profissionais do vôlei *a gente era só que a gente não ganhava*.

Fator	N. Total Nós	Frequência	N. Total <i>a gente</i>	Frequência	PR
A	20/70	28%	50/70	71%	.57
B	51/284	17%	233/284	82%	.75
C	21/72	29%	51/72	70%	.22
E	5/23	21%	18/23	78%	.33
D	79/120	65%	41/120	34%	.14
H	32/39	82%	7/32	17%	.39
I	1/4	25%	3/4	75%	.07

Tabela 7: Disposição da variável na sequência do discurso
Fonte: dados da pesquisa

Conforme a tabela 7, o fator B favorece a forma *a gente* em 82% dos casos e com peso relativo de (.75). Já a primeira referência, é um fator neutro para a utilização da forma *a gente* se observarmos o peso relativo (.57). O fator C desfavorece a utilização da forma *a gente*, com peso relativo de (.22). O fator E desfavorece com peso relativo (.33), mas tem taxa de aplicação da forma *a gente* alta (78%) se compararmos com o pronome *nós* (21%). É interessante observar que no fator E o antecedente é o pronome *nós*, mas com o referente diferente, ou seja, mesmo que o falante utilize o pronome *nós*, se houver uma mudança de referente a forma inovadora entra em ação.

Com relação ao pronome *nós*, é possível observar pela tabela 7 que, se a forma antecedente for com sujeito implícito e verbo com desinência de 1ª pessoa do plural, esse fator influencia em 82% dos casos a ocorrência do pronome com peso relativo de (.39). Já se a forma antecedente for o pronome *nós*, a possibilidade de termos uma nova utilização do pronome passa para 65% dos casos com peso relativo de (.14). É possível observar que se o

referente for diferente a utilização do pronome *nós* é desfavorecida ocorrendo em 25% dos casos e com peso relativo (.07).

Essa constatação corrobora a afirmação de Omena de que a sequência das formas no discurso influencia uma ou outra forma: “Considerando a atuação da sequência do discurso na escolha da forma, podemos ver que os números indicam que a probabilidade de se usar *a gente*, ao invés de *nós*, é maior quando o antecedente formal for igual à anterior” (OMENA, 1998, p.195).

É interessante observar que, no caso de 1ª referência, não há influência da sequência sobre a variável: o fator se torna quase neutro. Um fator que desfavorece o uso da forma *a gente* é o uso, na forma antecedente, da desinência de 1ª pessoa do plural. Nesses casos a preferência é pelo pronome *nós*.

Alguns autores denominam paralelismo formal a retomada de uma mesma forma no discurso. Scherre (1998, p.110), analisando a concordância nominal no português brasileiro, diz que “marcas levam a marcas e zeros levam a zeros. As marcas de uma só natureza conduzem a mais marcas do que marcas de natureza distinta, evidenciando-se a força do paralelismo formal no processamento das unidades linguísticas”.

Abraçado (1991), Omena (1998), Lopes (1999), indicam em seus estudos que o paralelismo formal é um dos fatores que facilitam a utilização da forma *a gente*, ou seja, quando se tem a forma *a gente* como 1ª referência, considerando o paralelismo formal, a possibilidade de se ter a mesma forma é bem maior do que uma nova referência com o pronome *nós*. Em contrapartida, se temos o pronome *nós* ou a desinência de 1ª pessoa do plural a possibilidade de se usar o pronome *nós* é bem maior do que a forma *a gente*. Isso explica porque o fator disposição da variável na sequência do discurso atua como condicionador da variação.

6.1.2 Desinência número-pessoal

Verificou-se até o momento que a presença da forma *a gente* é bem maior do que a do pronome *nós*. Foi possível observar, ainda, que a disposição da variável na sequência do discurso influencia na utilização das variantes, e os fatores que mais atuaram para a conservação do pronome *nós* estão diretamente ligados à desinência verbal. Consideramos

como desinência a realização fonológica do morfema número-pessoal do verbo, como por exemplo:

- (68) a- Eu sei que *nós* voltamos. (DLfVT)
 b- Logo que *nós* casamo. (DLfVT)
 c- A *gente* estuda os prefixos estrangeiros também. (DNfVT)

No exemplo (68a), temos a terminação *-mos*, que identifica a 1ª pessoa do plural. No exemplo (68b), a terminação é parcialmente desfeita, em termos fonológicos. Existe aí a perda de um segmento fonológico. No exemplo (68c), a terminação marca a 3ª pessoa do singular.

Desinência NP	N.Total Nós	Frequência	N. Total A gente	Frequência	PR
<i>-mos</i>	171/177	96%	6/177	8%	.09
- Ø - 3ª pessoa do singular	38/435	3%	397/435	91%	.87

Tabela 8: Desinência número-pessoal

Fonte: Dados da pesquisa

A tabela 8 mostra que, quando a desinência número-pessoal é fonologicamente marcada, e mesmo que haja um pequeno indício de que ali havia uma desinência de 1ª pessoa do plural, a preferência é pelo pronome *nós*, quase que categoricamente – 96% dos casos (171/177). O número de casos com o pronome *nós* diminui quando o verbo está na 3ª pessoa do singular 3% dos casos (38/435). Como por exemplo:

- (69) a- Aqui no fundo *nós* temos um rapaz. (DNfVT)
 b- Isso são coisas que *a gente* vê aí. (DAfAB)

De acordo com a tabela 8, são poucos os casos em que a forma *a gente* é utilizada com a desinência verbal de 1ª pessoa do plural, tendo apenas 8% das ocorrências e com peso relativo (.09). Já quando se tem o verbo na 3ª pessoa do singular, a preferência é pela forma *a gente*, com 91% dos casos e com peso relativo de (.87).

Pode-se verificar que o pronome *nós* é preferido quando o verbo está com a desinência número-pessoal de 1ª pessoa do plural. A forma *a gente* é a preferida quando o verbo está com a desinência de 3ª pessoa do singular.

Verifica-se que o paralelismo formal está atuando. O fator desinência número pessoal foi indicado por Maia (2003) como relevante, o que mostra que o paralelismo formal atua também nas desinências verbais. A partir do que foi exposto, é possível traçar um paralelo com a hipótese de Abraçado (1991), em que autora diz que “o português falado no Brasil sofre a ação de duas tendências – tendência à redução das desinências pessoais das formas verbais e tendência à preservação de uma harmonia de traços entre o verbo e seu sujeito” (ABRAÇADO, 1991, p.1).

Não podemos afirmar que as duas tendências estão atuando no português de Belo Horizonte, já que esta pesquisa tratou da alternância na 1ª pessoa do plural, e não da redução das desinências pessoais. Com relação à tendência à preservação de uma harmonia de traços entre o verbo e seu sujeito, os dados dão indício de que essa hipótese se confirma nesse dialeto. Os fatores que foram selecionados como favorecedores mostram que se o verbo está na 3ª pessoa do singular a forma preferida é *a gente*. Em contrapartida, se o verbo apresenta desinência de 1ª pessoa do plural o pronome *nós* é a forma utilizada. Ou seja, constata-se aí que há uma harmonia de traços entre o verbo e seu sujeito.

6.1.3 Grupo social

De acordo com W.H.L.,

os fatores lingüísticos e sociais têm uma inter-relação muito próxima no desenvolvimento da mudança lingüística. Qualquer explicação que fique restrita a um ou outro aspecto, ainda que bem elaborada, não conseguirá explicar satisfatoriamente o rico volume de regularidades que pode ser observado nos estudos empíricos do comportamento lingüístico (W.H.L., 1968, p.56, tradução nossa).¹⁵

Sabendo que não se faz uma análise lingüística adequada se não levarmos em conta os fatores de ordem não-estrutural, selecionamos os seguintes fatores para a análise da alternância entre o pronome *nós* e a forma *a gente*: *sexo, faixa etária, grupo social, estilo de*

¹⁵ Linguistic and social factors are closely interrelated in the development of language change. Explanations which are confined to one or the other aspect, no matter how well constructed, will fail to account for the rich body of regularities that can be observed in empirical studies of language behavior.

fala e *escolaridade*. Na melhor rodada do GOLDVARB apenas o fator *grupo social* se mostrou relevante. Os outros fatores foram eliminados pelo programa.

Grupo Social	Frequência <i>A gente</i>	PR
Médio	57%	.48
Trabalhador	76%	.70
Baixo	68%	.31

Tabela 9: Resultados por grupo social

Fonte: Dados da pesquisa

Observando a tabela 9, é possível perceber que a forma *a gente* supera os casos do pronome *nós* em todos os grupos sociais. De acordo com os resultados obtidos pelo GOLDVARB, o grupo social trabalhador favorece a utilização da forma *a gente*, em 76% dos casos com peso relativo (.70). Esse resultado indica que a inovação se propagou mais rapidamente no grupo trabalhador. Já o grupo social médio é um fator neutro com peso relativo (.48). O grupo social baixo, mesmo tendo uma porcentagem maior do que o grupo médio para a forma *a gente*, desfavorece a utilização da forma inovadora com peso relativo (.31) fazendo uma comparação com o estudo de Omena (1998, p.322). De acordo com os resultados obtidos pela autora os falantes financeiramente mais favorecidos e os mais expostos à mídia tendem a empregar mais a forma *nós*, diferentemente do que ocorre no dialeto carioca, nesta pesquisa o grupo social financeiramente mais favorecido é neutro, não exercendo influência na utilização da forma *nós* ou *a gente*.

Considerando a tabela 9, podemos dizer, conforme Weinreich, Labov & Herzog, que se faz necessário relacionar os fatores linguísticos e sociais para que possamos “explicar o rico volume de regularidades que pode ser observado nos estudos empíricos” (W.H.L., 1968, p.56). Relacionando os fatores estruturais ao não-estrutural pode-se dizer que estamos tratando de uma variação estável, já que foram selecionados como relevantes dois fatores estruturais e um não-estrutural. Ou seja, a não seleção do fator ‘faixa etária’ e a ausência de um padrão curvilíneo indicam a natureza estável dessa variação.

6. 2 Resultados da análise da alternância entre *seu* e *dele*

Para os pronomes possessivos de 3ª pessoa foram considerados inicialmente 13 fatores estruturais (*gênero do possuidor, número do possuidor, gênero do possuído, número do possuído, função gramatical do núcleo, Cópula, tipo de oração, animacidade do núcleo, generalidade do núcleo, ambiguidade do pronome possessivo, posição do pronome possessivo em relação ao substantivo, apresentação de um determinante e distância do possessivo em relação ao referente*). Os fatores *ambiguidade do pronome possessivo* e *apresentação de um determinante* foram retirados devido aos resultados encontrados na primeira rodada. Esperávamos que os fatores em questão apresentassem variação, ou seja, que as porcentagens encontradas comprovassem nossa hipótese. Ocorreu o inverso: encontramos para esses fatores meio a meio, não configurando assim um caso de variação. Os dados referentes a esses grupos foram amalgamados. Foi retirado dessa análise o fator *posição do pronome em relação ao substantivo*. Todos os casos encontrados foram antepostos ao nome, configurando-se, assim, na terminologia do programa GOLDVARB de *knockout*¹⁶; se determinado caso parece ser um nocaute verdadeiro – que consideramos realmente ser capaz de impedir a aplicação (no caso de 0%), ou de realmente exigir a aplicação (nocaute de 100%), a opção mais válida é não incluir na análise do GOLDVARB os dados que ocorrem neste contexto. Sabemos que existem processos e contextos linguísticos que são categóricos; portanto, os dados foram aproveitados para os outros grupos considerando assim 9 fatores para os pronomes possessivos de 3ª pessoa.

Apresento a seguir os resultados encontrados para a alternância entre os pronomes possessivos *seu* e *dele(s)* na terceira pessoa do singular e do plural. De acordo com a tradição gramatical, pronomes possessivos são os que indicam posse em referência às pessoas do discurso (BECHARA, 2006, p.166). São exemplos que ilustram essa alternância:

(70) a- Ela lá tomando *sua* cerveja. (DAfAM)

(71) b- Ela lá tomando a cerveja *dela*.

Nesta análise contamos com 329 ocorrências, das quais 78% são da forma possessiva *dela* e 21% da forma possessiva *seu*.

¹⁶ “Um nocaute (knockout), na terminologia de análise do GOLDVARB, é um fator que, num dado momento da análise, corresponde a uma frequência de 0% ou 100% para um dos valores da variável dependente” (cf. Guy & Zilles, 2007).

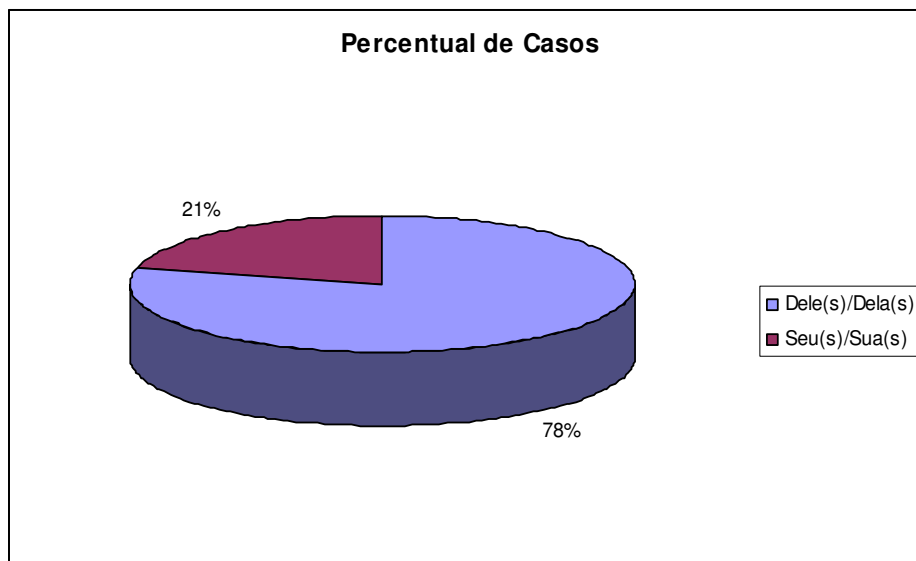


Gráfico 5: Percentual de casos - Alternância entre *seu* e *dele*
 Fonte: Dados da pesquisa

Podemos perceber pelo gráfico 5 que a forma possessiva *dele(s)/delas* é a preferida entre os falantes do português de Belo Horizonte, como em:

- (72) a- O cara tá com dinheiro... joga um dinheiro na mão *dele*. (DLmAB)
 b- Ele começou a tirar tudo do nome *dele*. (DGfAB)
 c- Elas têm *seus* probleminhas. (DAfAB)

Apesar da constatação dessa preferência, não se pode afirmar, ainda, que o pronome possessivo *seu* está totalmente vencido. Em alguns casos, como em estruturas indeterminadas, não há variação. Como em:

- (73) Cada qual que cuide de *sua* vida.

Ou seja, mesmo que a mudança complete o seu curso, a variável antiga não será totalmente substituída pela variável inovadora, já que existem contextos que não aceitam a forma *dele(s)/dela(s)*.

Para a análise desse fenômeno foram selecionados, para a segunda rodada do GOLDVARB, os seguintes fatores estruturais: *gênero e número do possuidor, gênero e número do possuído, função gramatical do núcleo, tipo de oração, animacidade do núcleo, generalidade do núcleo e distância do possessivo em relação ao referente*.

Desses fatores, o GOLDVARB selecionou como relevantes apenas os grupos: *gênero do possuidor, generalidade do núcleo, distância do possessivo em relação ao referente e faixa etária*.

6.2.1 Gênero do possuidor

O nosso objetivo ao testar este fator era saber se o gênero do possuidor influenciava na escolha de uma das formas, como em:

- (74) a- O caderno *dele* tá até ali. (DPfAB)
 b- Elas mesmas vão tirar *suas* conclusões. (DAfAB)
 c- O serviço *dela* está uma “benção”. (DFfJB)

Gênero do possuidor	N.Casos <i>Seu/sua</i>	Frequência	N.Casos <i>Dele/dela(s)</i>	Frequência	PR
Feminino	50/167	29%	117/167	70%	.36
Masculino	22/162	13%	140/162	86%	.63

Tabela 10: Gênero do possuidor
 Fonte: Dados da pesquisa

Na tabela 10 podemos observar que o gênero do possuidor favorece a utilização das formas inovadoras. Para o pronome possessivo, o gênero feminino favorece a utilização do pronome em 29% dos casos; em contrapartida o gênero masculino é utilizado em 13% dos casos, não configurando uma preferência do falante. Para a forma possessiva *dele(s)/dela(s)*, o gênero feminino desfavorece a utilização dessas formas em 70% dos casos, com peso relativo de (.36). Já o gênero masculino favorece a forma possessiva *dele/ dela(s)* em 86% dos casos, com peso relativo (.63).

6.2.2 Generalidade do possuidor

Pretende-se observar se a generalidade do possuidor é um fator determinante na escolha de uma das formas pelo falante.

- (75) a- Cada um tem *sua* responsabilidade. (DGfAB)
 b- A gente tem que enfrentar e não fazer das tristezas o *seu* meio de vida. (DAfAM)
 c- Deus, eu não sei falar a *sua* língua (DBfAB)

Nos exemplos (75a e b) o possuidor é genérico. Para o falante tanto “cada um” como “a gente” não têm referente específico. No exemplo (75 c) o referente é [– genérico].

(continua)

Generalidade do possuidor	N.Casos <i>Seu/sua</i>	Frequência	N.Casos <i>Dele/dela(s)</i>	Frequência	PR
[– genérico]	36/221	16%	185/221	83%	.59
[+ genérico]	36/108	33%	72/108	66%	.31

Tabela 11: Generalidade do possuidor
 Fonte: Dados da pesquisa

A tabela 11 mostra que se o possuidor for [–genérico] o pronome possessivo é utilizado em 16% dos casos e a forma inovadora é a preferida pelo falante em 83% dos casos e com peso relativo (.59). Já se o possuidor for [+ genérico], o pronome possessivo é utilizado em 33% dos casos. É interessante observar que mesmo com o possuidor [+ genérico] a forma inovadora ainda é a mais utilizada em 66% dos casos e com peso relativo (.31). A forma *dele(s)/dela(s)* traz a informação de gênero e número do possuidor e dessa forma, mesmo que o possuidor seja [+ genérico], a forma inovadora facilita a recuperação do referente, apresentando uma taxa de utilização mais alta do que a do pronome possessivo, como em:

- (76) a- Ela viu os caras matando o pai *dela*. (DRmAB)
 b- Uma bola que cai no terreno *deles* (DFfJB)

No exemplo (76a) podemos perceber que o possuidor é [– genérico]. Já no exemplo (76b) o possuidor é [+ genérico], mesmo assim a recuperação do referente é facilitada pela

presença de gênero e número do referente na forma possessiva, comprovando que a forma inovadora facilita a recuperação do referente.

6.2.3 Distância do possuidor em relação ao referente

Pretende-se testar aqui se a distância entre a forma possessiva e o seu referente influencia na utilização de uma das variantes. Foi considerado como 1 quando o referente estava distante da forma possessiva e como 2 quando o referente estava próximo da forma possessiva. Considere-se o exemplo a seguir:

- (77) a- (..) Mas como minha vida estava difícil. Eu trabalhava em dois horários, minha sogra, às vezes, não tinha tempo porque ela tinha muitos filhos. Então voltei novamente para a Floresta morando perto *da mamãe*, então ela olhava os meus filhos. Os dois primeiros a Maria Luíza e a Heloísa (..) levava pro jardim para mim e à tardinha, eu os apanhava na casa *dela*. (DAfAM)
- b- (..) Então é assim, *meu filho Tiago* que mora comigo aqui dentro de casa, ele tem o som *dele*. (DZfVM)
- c- Eu sei que cada um tem que defender *seu filho*. (DEfVB)

Distância do possuidor em relação ao referente	N.Casos <i>Seu/sua</i>	Frequência	N.Casos <i>Dele/dela(s)</i>	Frequência	PR
1	14/118	11%	104/118	88%	.64
2	58/211	27%	153/211	72%	.41

Tabela 12: Distância do possuidor em relação ao referente
Fonte: Dados da pesquisa

Esse fator se mostrou importante: quando há material morfológico entre o referente e o possessivo, a preferência é pela forma inovadora com peso relativo (.64). Observando o exemplo (77 a e b) é possível perceber que o ‘da mamãe’ e ‘meu filho Tiago’ estão longe das formas possessivas *dele/dela*. Já quando o referente está próximo do possessivo (exemplo 77c), em que o referente ‘filho’ está bem próximo da forma *seu*, esse fator desfavorece a utilização das formas inovadoras, com peso relativo (.41), favorecendo assim o uso do

pronome *seu, sua(s)*. Ou seja, o pronome possessivo *seu/sua*, por estar relacionado ao possuído, necessita de um referente próximo. Já a forma inovadora, por estar relacionada ao possuidor e trazer as marcas de gênero e número do mesmo, pode ser retomada distante do referente. O nosso resultado corrobora com os resultados de Neves (2002) em que a autora mostra que a forma inovadora *dele/dela(s)* atua na recuperação do referente. Podemos dizer ainda que os fatores que neste trabalho foram relevantes mostram que o paralelismo formal atua também no sistema de possessivos.

6.3 Resultados da análise dos fatores não-estruturais na alternância entre *seu* e *dele*

De acordo com W.H.L. (1968, p.54, tradução nossa)¹⁷, “no desenvolvimento da mudança lingüística, encontramos estruturas lingüísticas encaixadas desigualmente na estrutura social; e nos estágios iniciais e finais de uma mudança, pode haver muito pouca correlação com fatores sociais”.

E é exatamente essa situação que encontramos na alternância entre *seu* e *dele*. Dos fatores sociais estudados, a saber: *sexo, faixa etária, grupo social, estilo de fala e escolaridade*, apenas o fator *faixa etária* se mostrou relevante.

Faixa Etária	N.Casos <i>Seu/sua</i>	Frequência	N.Casos <i>Dele(s)/dela(s)</i>	Frequência	PR
Jovem	12/128	9%	116/128	90%	.69
Adulto	38/115	33%	77/115	66%	.31
Idoso	22/86	25%	64/86	74%	.44

Tabela 13: Resultados por faixa etária
Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com Tarallo (2003, p.65), “Se o uso da variante mais inovadora for mais freqüente entre os jovens, decrescendo em relação à idade dos outros informantes, você terá uma mudança em progresso”.

Nos resultados obtidos pelo GOLDVARB, a faixa etária mais jovem favorece mais a forma *dele/dela(s)*, com peso relativo (.69), seguida pela faixa etária mais velha, com peso

¹⁷ In the development of language change, we find linguistic structures embedded unevenly in the social structure; and in the earliest and latest stages of a change, there may be very little correlation with social factors.

relativo (.44). A faixa etária adulta desfavorece a utilização da forma inovadora, com peso relativo (.31). Fazendo um comparativo com a pesquisa de Silva (1998) em que a autora mostra que 94% das pessoas na faixa etária de 50 a 71 anos usavam a forma *seu* para a 3ª pessoa e 12,5% usam esta mesma forma, nesta pesquisa a taxa de utilização do pronome possessivo é bem menor. Podemos dizer pelos resultados que a alternância entre o pronome possessivo *seu/sua(s)* e a forma inovadora está em progresso, já que neste *corpus* os idosos utilizam o pronome possessivo em 25% dos casos e os jovens em apenas 9%, não se tratando, portanto, de uma mudança já completada e nem de uma variação estável, como se viu para a alternância entre o pronome *nós* e a forma *a gente*.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado nesta dissertação teve como objetivo analisar a alternância existente na primeira pessoa do plural, entre *nós* e *a gente*, e entre possessivos *seu* e *dele*, no português de Belo Horizonte.

A análise estatística levou em conta os fatores de ordem estrutural e não-estrutural que poderiam condicionar essa variação, tentando responder aos objetivos propostos para o trabalho. Dizer que concluímos esta pesquisa é precipitado, na medida em que estamos tratando de um fenômeno encaixado em uma estrutura linguística e social e passível de modificações.

Na alternância entre o pronome *nós* e a forma *a gente* no português de Belo Horizonte verificou-se que a forma inovadora supera e quase dobra o número de casos do pronome *nós*. A análise revelou que estamos diante de uma variação estável, já que alguns ambientes que favoreciam a variação agora não são mais relevantes. Essa consideração responde ao nosso primeiro objetivo de verificar a atual situação da mudança linguística no português de Belo Horizonte.

Os fatores linguísticos que se mostraram favorecedores na alternância entre *nós* e *a gente* foram: *sequência das formas no discurso* e *desinência número-pessoal*.

Com relação ao fator *disposição da variável na sequência do discurso* verificou-se que a forma prononinalizada *a gente* ocorre com mais frequência se tiver sido anteriormente mencionada. Em relação à *desinência número-pessoal*, observou-se que o pronome *nós* é preferido quando o verbo está com a desinência número-pessoal de 1ª pessoa do plural. A forma *a gente* é a preferida quando o verbo está com a desinência de 3ª pessoa do singular.

Abraçado (1991), Omena (1998), Lopes (1999), indicam em seus estudos que o paralelismo formal é um dos fatores que facilitam a utilização da forma *a gente*, ou seja, quando se tem a forma *a gente* como 1ª referência, considerando o paralelismo formal, a possibilidade de se ter a mesma forma é bem maior do que uma nova referência com o pronome *nós*. Em contrapartida, se temos o pronome *nós* ou a desinência de 1ª pessoa do plural a possibilidade de se usar o pronome *nós* é bem maior do que a forma *a gente*. Isso explica porque o fator *disposição da variável na sequência do discurso* atua como condicionador da variação.

Buscamos um paralelo com as hipóteses de Abraçado (1991), em que a autora traça duas tendências que explicariam as mudanças no sistema pronominal. Não podemos afirmar que as duas tendências estão atuando no português de Belo Horizonte, já que esta pesquisa tratou apenas da alternância na 1ª pessoa do plural. Com relação à tendência à preservação de uma harmonia de traços entre o verbo e seu sujeito, os dados dão indício de que essa hipótese se confirma nesse dialeto. Os fatores que foram selecionados como favorecedores mostram que se o verbo está na 3ª pessoa do singular a forma preferida é *a gente*. Em contrapartida, se o verbo está com a desinência de 1ª pessoa do plural o pronome *nós* é a forma utilizada. Ou seja, constata-se aí que há uma harmonia de traços entre o verbo e seu sujeito.

Os resultados obtidos pela análise social mostraram que o grupo trabalhador propagou a inovação mais rapidamente e que a não seleção do fator ‘faixa etária’ e a ausência de um padrão curvilíneo indicam que estamos tratando de uma variação estável.

Nos pronomes possessivos encontramos uma situação diferente. A forma possessiva *dele* é a preferida entre os falantes do português de Belo Horizonte, com 78% dos casos. Apesar de se ter constatado essa preferência, não se pode afirmar, ainda, que o pronome possessivo *seu* está totalmente vencido. Em alguns casos, como em estruturas indeterminadas, não há variação.

Na alternância entre *seu* e *dele* o programa estatístico selecionou como relevantes os grupos: ***gênero do possuidor, generalidade do núcleo e distância do possessivo em relação ao referente***. O gênero feminino desfavorece a variável inovadora. Já o gênero masculino favorece a forma inovadora.

Com relação à generalidade do núcleo, os resultados mostram que o possuidor [– genérico] favorece a utilização da forma inovadora. Foi possível observar que mesmo com o possuidor [+ genérico] a forma inovadora ainda é a mais utilizada. A forma *dele(s)/dela(s)* traz a informação de gênero e número do possuidor e dessa forma, mesmo que o possuidor seja [+ genérico], a forma inovadora facilita a recuperação do referente, apresentando uma taxa de utilização mais alta do que a do pronome possessivo.

O fator ***distância do possessivo em relação ao referente*** se mostrou relevante. Se o possessivo está distante do referente, a forma inovadora é a preferida pelos falantes. Já quando o referente está próximo do possessivo, o uso do pronome *seu/sua* é o preferido entre os falantes. Nesta pesquisa foi possível apurar mais detalhadamente a relação entre o possessivo e seu referente. Verificou-se que o pronome possessivo *seu/sua*, por estar relacionado ao possuído, necessita de um referente próximo. Já a forma inovadora, por estar relacionada ao possuidor e trazer marcas de gênero e número do mesmo, pode ser retomada

distante do referente. O nosso resultado corrobora com os resultados de Neves (2002) em que a autora mostra que a forma inovadora *dele/dela(s)* atua na recuperação do referente. Podemos dizer ainda que os fatores estruturais que foram relevantes na alternância entre *seu* e *dele* mostram que o paralelismo formal atua também no sistema de possessivos.

Com relação aos fatores de ordem não-estrutural, apenas o fator *faixa etária* se mostrou relevante. A faixa etária mais jovem favorece mais a forma inovadora, seguida pela faixa etária mais velha. A faixa etária adulta desfavorece a utilização das formas *dele(s)/dela(s)*. Foi possível observar pelos resultados que a forma inovadora está em progresso. É necessário que se façam novas investidas no processo de variação e mudança linguística dessas variáveis nas perspectivas diacrônica e sincrônica para que se possa realmente descrever a evolução do português de Belo Horizonte.

REFERÊNCIAS

ABRAÇADO, M. J. de Almeida. **Mudanças no sistema pronominal do português brasileiro**: causas e conseqüências. 1991. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ALBÁN, M. del R. *et alii*. **Nós e a gente**: uma abordagem na norma culta brasileira. In: SIMPÓSIO SOBRE A DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA NO BRASIL, 1, 1986, Salvador. **Anais...** Salvador: Instituto de Letras da UFBA, 1986.

ALKMIM, Tânia: In MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. **Introdução à lingüística** : domínios e fronteiras. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

APPLICATION for Windows. 2001. Disponível em: <file:///D:/Instalar/VARBRUL/GOLGVARB %202001%20Users'%20Manual.htm>. Acesso em: 01 nov. 2004.

BASTOS, L. C. O emprego da 1ª pessoa do singular ou da 1ª pessoa do plural: uma questão discursiva. **Letras & Letras**, Uberlândia, v.4, n. 1 e 2, p.115-131, 1988.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37.ed. São Paulo: Lucerna, 2006.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 dez. 1996. Estabelece diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). **Gramática do português falado**: as abordagens. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. 440p. v.3.

CELIA, Gianni Fontis. **Variação das vogais médias pretônicas no português de Nova Venécia – ES**. 2004. 114f. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP.

CERQUEIRA, Vicente C. A forma genitiva “dele” e a categoria de concordância (AGR) no português brasileiro. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (Orgs.) **Português brasileiro**: uma viagem diacrônica. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

CUNHA, C. F.; Cintra, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FERNANDES, E.; GORSKI, E. **A concordância verbal com os sujeitos Nós e A gente**: um mecanismo do discurso em mudança. In: SIMPÓSIO SOBRE A DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA NO BRASIL, 1, 1986, Salvador. **Anais...** Salvador: Instituto de Letras da UFBA, 1986. p.175-183.

GUY, Gregory Riodan; ZILLES, Ana. **Sociolingüística quantitativa**: instrumental de análise. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

LABOV, Willian. **Quantitative reasoning in linguistics**. University of Pennsylvania. 2001. Disponível em PDF. pág. 2 -24.

LAWRENCE, H.; ROBINSON, J.; TAGLIAMONTE, S. **A Multivariate Analysis Application for Windows**. 2001. Disponível em: <file://D:\Instalar\VARBRUL\GOLGVARB%202001%20Users\'%20Manual.htm>. Acesso em: 01 nov. 2004.

LOPES, Célia Regina dos Santos. **A inserção de *a gente* no quadro pronominal do português**: percurso histórico. 1999. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro.

LOPES, Célia Regina dos Santos. *Nós* and *a gente* in standard spoken Brazilian Portuguese. **DELTA**, São Paulo, v.14, n.2, 1998.

LUFT, Celso Pedro. **Dicionário prático de regência verbal**. 8.ed. São Paulo: Ática, 2007.

MAIA, Francisca de Paula S. **A variação *nós* e *a gente* no dialeto mineiro**: investigando a transição. 2003. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, Belo Horizonte.

NARO; GÖSKI; FERNANDES. Change without change. **Language Variation and Change**, 11 (1999), p.197-211. Cambridge University Press.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.

NEVES, Maria Helena de Moura. Possessivos. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (Org.) **Gramática do português falado**. 3.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

PBH. Estatísticas e mapas. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?app=estatisticas>>. Acesso em: 09 set. 2008.

OLIVEIRA, Marco Antônio de. Projeto de pesquisa: **Descrição sócio-histórica do português de Belo Horizonte**. Programa de Pós-graduação em Letras, PUC Minas. 2004

OLIVEIRA, Marco Antônio de. Sobre os reflexos sociais da mudança em progresso. In: VEADO, Rosa Maria Assis. (Org.) **Ensaio de lingüística**. Cadernos de lingüística e teoria da literatura. Belo Horizonte, UFMG, dez. 1982, 7:71-89.

OMENA, Nelize Pires de. A referência à primeira pessoa do discurso no plural. In: SILVA, Gisele M. Oliveira; SCHERRE, Maria Marta. (Orgs.). **Padrões sociolingüísticos**: análises de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998. p.185-212.

OMNIBUS: **Uma história dos transportes coletivos em Belo Horizonte**. Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. 380p. Coleção Centenário.

PERINI, Mário Alberto. O surgimento do sistema de possessivo do português coloquial: uma interpretação funcional. **DELTA**, São Paulo, n.1-2. p.1-15, 1985.

PONTES, Eunice. **Sujeito**: da sintaxe ao discurso. São Paulo: Ática/INL, 1986.

ROBERTS, Ian. O português brasileiro no contexto das línguas românicas. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (Orgs.) **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

ROLLEMBERG, V. et alii. Os pronomes pessoais sujeito e a indeterminação do sujeito na norma culta de Salvador. **Estudos linguísticos e literários**, Salvador, n.11, 1991.

RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO, Jussara (Orgs.). **Português brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003. 302p.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. Análise quantitativa e tópicos de interpretação do Varbrul. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. **Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2003.

SILVA, Gisele Machline O. Estertores da forma *seu* na língua oral. In: SILVA, Gisele M. Oliveira; SCHERRE, Maria Marta (Orgs.). **Padrões sociolingüísticos: análises de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998. p.171-180.

SILVA; PAIVA, Gisele M.O.; Maria da Conceição A. Visão de conjunto das variáveis sociais. In: SILVA, Gisele M. Oliveira; SCHERRE, Maria Marta. (Orgs.). **Padrões sociolingüísticos: análises de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998. p.337-390.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolingüística**. 4.ed. São Paulo: Ática, 1994. 96p.

TARALLO, Fernando. **Fotografias sociolingüísticas**. Campinas: Pontes/Editora da UNICAMP, 1989. 332p.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. Empirical foundations for a theory of language. In: MALKIEL (Ed.). **Perspective on historical linguistics**. Amsterdam: Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1968. p.1-70.

ZILLES, A. M. S. The development of a new pronoun: the linguistic and social embedding of a gente in Brazilian Portuguese. **Language variation an change**, 17, p.19-53, 2005. Cambridge University Press.